

UNIVERSIDADE  
CATOLICA  
PORTUGUESA

O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DAS POLÍTICAS DE BEM-ESTAR -  
A PRÁTICA PROFISSIONAL DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA SOCIAL

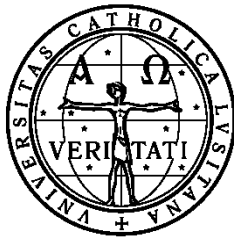
Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de mestre em Serviço Social

Por

Rita Alexandra Paixão Carrilho

Faculdade de Ciências Humanas

Março de 2018



UNIVERSIDADE  
CATÓLICA  
PORTUGUESA

O SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO DAS POLÍTICAS DE BEM-ESTAR -  
A PRÁTICA PROFISSIONAL DE INFLUÊNCIA DA POLÍTICA SOCIAL

Dissertação apresentada à Universidade Católica Portuguesa para  
obtenção do grau de mestre em Serviço Social

Por

Rita Alexandra Paixão Carrilho

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação de Professor Doutor Francisco José do Nascimento  
Branco

Março de 2018

## Índice

Resumo.....	7
Abstract .....	8
Agradecimentos .....	9
Introdução .....	10
1. O Serviço Social e a globalização .....	13
2. As mudanças sociais, do modelo social de bem-estar, das políticas sociais e o Serviço Social 16	
3. O Serviço Social como Profissão.....	18
3.1. A afirmação do Serviço Social.....	18
3.2. Os Assistentes Sociais em Portugal .....	20
3.3. Desafios da profissão .....	21
4. A dimensão política do Serviço Social .....	24
4.1. Policy Practice: A atuação dos profissionais na esfera das políticas sociais.....	25
5. O estudo das práticas de <i>policy practice</i> .....	28
5.1. Modelos de participação política.....	28
5.2. Da participação dos cidadãos na política à participação dos assistentes sociais na política 31	
6. Problemática .....	33
7. A Construção de um modelo de análise do envolvimento em <i>policy practice</i> .....	35
7.1. O envolvimento em <i>policy practice</i> .....	36
7.2. O Contexto Sociopolítico .....	37
7.3. O Contexto Organizacional .....	38
7.4. O Contexto da Profissão.....	38
7.5. Fatores individuais .....	39
7.5.1. Interesse.....	40
7.5.2. Eficácia.....	41
7.5.3. Informação .....	41

7.5.4.	Valores .....	41
7.5.5.	Antiguidade .....	42
8.	Metodologia.....	43
8.1.	Limites e potencialidades da opção metodológica .....	44
8.1.1.	A construção da amostra .....	44
8.1.2.	O instrumento de recolha – inquérito por questionário .....	45
9.	Apresentação de resultados.....	47
9.1.	Caracterização sociodemográfica.....	47
9.1.1.	Contabilização de respostas.....	47
9.1.2.	Caracterização sociodemográfica.....	48
9.1.3.	Envolvimento em Policy Practice .....	55
9.1.4.	As atividades que revelam maior envolvimento .....	56
9.1.5.	Contexto Sociopolítico.....	59
9.1.6.	Quadro político-institucional.....	59
9.1.7.	Características do sistema de bem-estar .....	61
9.2.	Contexto organizacional.....	63
9.2.1.	Tipo de Funções .....	63
9.2.2.	Tipo de organização .....	64
9.2.3.	Vínculo laboral.....	66
9.3.	Contexto da Profissão.....	68
9.3.1.	Redes Profissionais .....	68
9.3.2.	Regulação Profissional.....	70
9.3.3.	Conteúdo e abrangência da formação académica – competências em policy practice. ....	71
9.4.	Fatores individuais .....	73
9.4.1.	Interesse.....	73
9.4.1.1.	Interesse na atualidade política.....	73
9.4.1.2.	Discussão sobre problemas sociais e opções de política social.....	74
9.4.1.3.	Participação em movimentos cívicos, sociais e políticos .....	76
9.4.2.	Eficácia.....	77
9.4.2.1.	Capacidade de influenciar as políticas .....	78

9.4.2.2.	Preocupação dos políticos com as posições face à Política Social.....	78
9.4.2.3.	Participação em grupos e atividades para influenciar a Política Social .....	80
9.4.3.	Informação .....	82
9.4.4.	Valores Profissionais.....	84
9.4.5.	Antiguidade .....	87
9.5.	Fatores que influenciam o nível de envolvimento em policy practice .....	89
10.	Discussão .....	92
11.	Conclusão .....	101
	Bibliografia .....	104
	Apêndices .....	i
	Apêndice A - Questionário .....	ii
	Apêndice B - Estatísticas dos diplomados em Serviço Social .....	x
	Apêndice C – Relação entre a grelha de análise e as questões do inquérito.....	xi

Figura 1- Modelo dialético de relação do Serviço Social com a Política Social .....	33
---	----

Figura 2- Grelha de análise dos fatores de Envolvimento em Policy Practice .....	36
--	----

Tabela 1 – Distribuição por género .....	48
Tabela 2 – Idade .....	49
Tabela 3 – Distribuição por escalões etários .....	49
Tabela 4 – Distribuição geográfica por distritos/regiões.....	50
Tabela 5 – Distribuição por habilitações académicas .....	51
Tabela 6 – Formação base .....	52
Tabela 7 – Rendimento aproximado .....	52
Tabela 8 – Escalões de rendimento .....	53
Tabela 9 – Relação entre o rendimento e o tipo de organização .....	54
Tabela 10 – Escala de envolvimento em policy practice .....	56
Tabela 11 – Envolvimento em Atividades de Policy Practice .....	57
Tabela 12 – Confiança nas instituições .....	60
Tabela 13 - Posicionamento quanto às características do sistema de bem-estar .....	61
Tabela 14 – Grau de satisfação com a qualidade das políticas sociais.....	62
Tabela 15 – Principais funções desempenhadas.....	64

Tabela 16 – Tipo de organização .....	65
Tabela 17 – Vínculo laboral .....	66
Tabela 18 - Cruzamento das variáveis tipo de organização e vínculo laboral .....	67
Tabela 19 – Ligação à profissão.....	69
Tabela 20 – Relação entre a qualidade de membro de associação profissional e a participação em iniciativas de uma associação profissional.....	70
Tabela 21 – Importância da organização do grupo profissional.....	71
Tabela 22 – Conteúdo e Abrangência da Formação Acadêmica – competências em policy practice .....	72
Tabela 23 - Interesse pela atualidade política nacional .....	73
Tabela 24 - Interesse pelas questões da atualidade política local.....	74
Tabela 25 - Frequência de discussão sobre problemas e políticas sociais .....	75
Tabela 26 - Participação em movimentos cívicos, sociais e políticos.....	76
Tabela 27 – Influência dos Assistentes Sociais nas medidas de política social .....	78
Tabela 28 – preocupação dos responsáveis políticos com posições dos Assistentes Sociais.....	79
Tabela 29 - Capacidade de atrair a atenção dos responsáveis políticos .....	79
Tabela 30-Papel ativo em grupo de assistentes sociais .....	81
Tabela 31 – Facilidade em participar em atividades para influenciar a política social .....	81
Tabela 32 - Nível de preparação acerca do processo das políticas (informação).....	83
Tabela 33 - Valores Profissionais.....	85
Tabela 34 - Antiguidade.....	88
Tabela 35 – Escalões de antiguidade.....	88
Tabela 36 - Correlações.....	90
Tabela 37 - Regressão .....	91

## Resumo

O presente estudo tem por objetivo aprofundar o conhecimento acerca da relação entre o Serviço Social e a Política Social em Portugal. Procurámos, mais especificamente, saber se os Assistentes Sociais incorporam no seu quotidiano profissional atividades focadas na influência sobre as políticas sociais, atividades designadas por *policy practice*, na designação anglo-saxónica. O objetivo definido foi o de perceber qual o nível de envolvimento dos profissionais neste tipo de atuação, bem como quais os fatores que potenciam ou limitam essa atuação.

O reforço da prática profissional orientada para a atuação na arena das políticas sociais tem uma dupla dimensão: uma, de reforço do papel profissional do Serviço Social, operado pela reaproximação aos valores matriciais que moldaram a sua emergência e institucionalização como profissão, que a distinguem de outras profissões; outra, de (re)comprometimento das políticas sociais com o progresso social, contribuindo para uma sociedade mais justa, equitativa e coesa.

O estudo adotou uma abordagem extensiva e quantitativa baseada num inquérito por questionário tendo sido obtidas 265 respostas válidas, a partir do qual se concluiu que os Assistentes Sociais, participantes neste estudo, revelam um baixo nível de envolvimento em atividades de *policy practice*, em especial nas atividades que implicam uma exposição pública como o recurso a órgãos de comunicação social ou o contacto com responsáveis políticos, para expor opiniões, apresentar propostas ou denunciar problemas.

Em face das características do presente estudo e dos seus resultados apontam-se algumas pistas para aprofundar a investigação nesta área e desenvolver linhas de atuação para o reforço da atividade do Serviço Social no campo das políticas sociais. Destacamos o papel que a Academia pode assumir quer no ensino, quer na investigação, contribuindo para a o reforço e alargamento do campo de atuação do Serviço Social na Política Social.

Palavras-Chave: Serviço Social, Política Social, Participação Política, *Policy Practice*, Portugal

## **Abstract**

This study aims to deepen the knowledge about the relationship between Social Work and Social Policy. More specifically, we tried to ascertain if the Portuguese social workers incorporate policy practice in their daily professional work, by developing activities focused on bringing some influence onto social policies. Our goal was to bring some light to the level of involvement of social workers in this type of practice, and which factors may enhance or constraint such kind of practice.

The reinforcement of the professional practice directed at the social policy arena has a double-edged dimension: the first is the reinforcement of the social role of Social Work, through the recovery of the core professional values that lie at the emergency and institutionalization of the Social Work profession, and which differentiate it from any other profession; the second is the recommitment of social policies to the furthering of social wellbeing and justice.

This study used a quantitative and extensive approach, based on 265 valid answers to an online survey, which led to the conclusion that the social workers that answered the survey show a low level of engagement in policy practice activities, especially in activities which imply a greater public exposure, such as using the media or contacting policy makers or public officers to share an opinion, make a proposition or report a problem.

In light of this study's findings, we point out some leads to further research in this area, and develop strategies for the reinforcement of social workers activity in the social policy field. We highlight the role that academia can play in broadening policy practice, through teaching, research and expertise.

**Key words:** Social Service, Social Policy, Political Participation, Policy Practice, Portugal



## **Agradecimentos**

Agradeço aos meus pais por, ao fim de tantos anos, continuarem a acreditar em mim, pelo incentivo permanente, pela disponibilidade e pela tranquilidade que me dão por estarem lá sempre que é preciso. Aos meus filhos, por serem duas crianças lindas e que, mesmo nos dias em que a mãe tinha menos tempo, nunca deixaram de dar um maminho.

Aos meus amigos que me foram dando força em todos os momentos, que afugentaram qualquer nuvem de desânimo que pairasse, que compartilharam a alegria de cada etapa conquistada.

Aos professores, que foram escutando e valorizando as ideias que lhes expunha e que com a sua disponibilidade, experiência e sabedoria, me permitiram trazer para a minha dissertação o contributo de cada um.

À Professora Isabel Vieira que nos mostra as várias janelas que se abrem quando as portas parecem fechar-se.

Ao Professor Francisco Branco que, apesar de tantos afazeres, nunca se esquece de puxar por nós, ouve com toda a atenção, preocupa-se, incentiva e encoraja.

Cabem ainda agradecimentos institucionais à APSS, pelo apoio na divulgação do questionário, e à Fundação Montepio pelo apoio financeiro que serviu de estímulo e que reforçou a confiança na viabilidade deste projeto.

## **Introdução**

A investigação aqui apresentada tem por objetivo aprofundar o conhecimento sobre a relação entre o Serviço Social e a Política Social em Portugal. Mais especificamente, pretende-se conhecer em que medida as práticas profissionais integram, como dimensão constituinte, a influência sobre as políticas sociais, e contribuir para a compreensão aprofundada sobre os fatores que potenciam e limitam essa influência.

Num quadro de apelo ideológico ao individualismo e de desvalorização da proteção social, de agravamento das desigualdades, de tentativa de conformação das práticas profissionais a critérios de eficácia e eficiência financeira, o Serviço Social está confrontado com um desafio simultaneamente identitário e profissional. Identitário, na medida em que o papel dos assistentes sociais não é meramente o da gestão dos problemas, mas também o da procura ativa de soluções. Profissional, na medida em que este traço identitário é um dos que confere especificidade ao profissional do Serviço Social, especificidade essa que, ao ser esvaziada, não encontra substituto noutras profissões.

A perspetiva teórica que sustentou o desenvolvimento desta investigação tomou como enquadramento o contexto social contemporâneo, marcado pela globalização, o modelo de Estado-Providência que define o campo de atuação dos profissionais, as práticas no exercício profissional e a dimensão política da profissão.

O primeiro eixo de análise procurou definir o contexto da sociedade em que os profissionais atuam, explorando a mudança social no quadro da globalização. Com efeito, considera-se que o processo da globalização introduziu mudanças no funcionamento das sociedades, que devem ser tidos em conta quando procuramos interligar diversos níveis de intervenção social, desde o micro (dos indivíduos) ao macro (estrutura sociopolítica). Explorou-se igualmente a problemática das desigualdades sociais, enquanto efeito perverso da globalização, na medida em que se considera que o seu aumento é um sintoma de mau funcionamento da nossa sociedade, que contraria o ideal de progresso a que o Serviço Social se associou.

O segundo eixo centrou-se na reconfiguração dos modelos de bem-estar, em especial do modelo social europeu, nas alterações às políticas sociais daí resultantes e nos efeitos que provocou nas práticas profissionais do Serviço Social. Procurou-se, deste modo, enquadrar mais especificamente o campo de atuação dos profissionais, enformado pela Política Social.

O terceiro eixo analisou a profissão e as práticas profissionais, para procurar perceber em que medida se distanciam da “missão” do Serviço Social enquanto profissão de “correção de desequilíbrios e de execução de um projeto de justiça social.” (Amaro, 2012, p. 61)

O quarto eixo teórico procurou relacionar as anteriores abordagens definindo a dimensão política da profissão, evidenciando a estreita relação e interação entre a Política Social e o Serviço Social, potenciada pelo recurso à prática profissional de *policy practice*.

Num segundo momento desenvolveu-se o estudo da *policy practice* situando-a como as atividades que, no contexto profissional, são levadas a cabo, para procurar influenciar as políticas sociais. É uma prática profissional que procura transportar os problemas dos indivíduos para a esfera das políticas, promovendo a atuação nos diversos níveis da estrutura social, desde o micro, ao macro. O conceito de *policy practice* é central na estratégia defendida de reforço da atuação dos profissionais na arena das políticas sociais, para promover políticas sociais que promovam um modelo de bem-estar ancorado nos princípios subjacentes à profissão do Serviço Social: a justiça social, a igualdade de oportunidades, o progresso assegurando condições de vida dignas.

O envolvimento dos profissionais em atividades na esfera das políticas foi analisado adaptando os modelos de análise da participação política e da *policy practice* utilizados em estudos semelhantes realizados noutros países (Ritter, 2008; Hoefer, 2013; Weiss-Gal & Gal, 2013, Gewirtz-Meydan, Weiss-Gal, & Gal, 2016). Sendo a *policy practice* uma forma de participação no contexto profissional, os fatores explicativos que procurámos testar foram o contexto sociopolítico (enquadramento institucional do processo político e características do sistema de bem-estar), o contexto organizacional (o tipo de organização em que os profissionais trabalham e a cultura organizacional), o contexto da profissão (conteúdos da

formação académica, ligações profissionais) e fatores individuais (relacionados com a socialização e motivação dos profissionais para agirem na arena das políticas sociais).

Para procurar perceber em que medida os Assistentes Sociais portugueses integram a *policy practice* na sua atividade profissional, e procurarmos fatores explicativos da sua integração ou não integração, foi elaborado um inquérito por questionário que visou operacionalizar o modelo analítico entretanto construído com base nos fatores acima referidos.

Concluímos que os Assistentes Sociais que participaram neste estudo revelam um baixo nível de envolvimento em atividades de influência das políticas sociais. Dos vários fatores explicativos que testámos, concluímos que os fatores que influenciam o envolvimento em *policy practice* são do domínio dos fatores individuais como o interesse, em especial a discussão frequente com outras pessoas acerca dos problemas e as políticas sociais, e a eficácia, isto é, a perceção da capacidade de “fazer a diferença”.

Apesar da estreita relação entre o Serviço Social e a Política Social, do reconhecimento de que as respostas aos problemas sociais são insuficientes e de que há lugar para que o Serviço Social se envolva na arena das políticas públicas, os Assistentes Sociais não estão orientados para atuarem dessa forma.

Confirmámos a pertinência do nosso trabalho ao verificarmos que a *policy practice* é uma prática profissional ainda pouco explorada pelos Assistentes Sociais portugueses e procurámos apontar algumas linhas de aprofundamento da investigação nesta área. Consideramos que a *policy practice* contribuirá para a afirmação do Serviço Social com uma atuação assente nos seus princípios éticos matriciais, revalorizando a profissão e contribuindo para mudanças positivas na sociedade portuguesa.

## **1. O Serviço Social e a globalização**

Existe uma profunda contradição entre a capacidade de satisfação de necessidades de que a humanidade dispõe e o nível de desigualdades sociais a que assistimos hoje. Sendo este um dos principais aspetos da globalização, o Serviço Social não se pode alhear dele.

A globalização é o contexto das sociedades contemporâneas. O termo “globalização” pode assumir múltiplos significados e, consoante os pontos de vista, pode ser entendido como muito positivo, ou como nefasto. A invocação da globalização para esta reflexão, mais do que a preocupação em clarificar se se entende que é uma mudança civilizacional ou apenas um desenvolvimento do capitalismo, surge da consideração de que, sem compreender os efeitos deste processo nas sociedades atuais, o nosso olhar sobre o social fica necessariamente desfocado. Analisar a situação de Portugal sem a relacionar com a situação mundial, e em especial da União Europeia, seria certamente uma análise incompleta.

O desenvolvimento capitalista extravasou as fronteiras, não só do ponto de vista económico e dos modos de produção, como também do ponto de vista das instituições políticas. É o próprio conceito de Estado-Nação que está posto em causa. Castel (2009, p. 41) defende a ideia, aqui partilhada, de que existe um défice de instituições internacionais com poder efetivo para implementar medidas de proteção social. Com efeito, no quadro mundial, instituições como a Organização Internacional do Trabalho têm muito menos capacidade de impor regras, quando comparadas com organizações como o Fundo Monetário Internacional ou o Banco Mundial, amplamente associadas à regulação económica e financeira.

É hoje mais difícil a um estado, integrado num conjunto de infraestruturas internacionais, decidir acerca da forma como gere a política interna. As exigências colocadas aos estados para que cumpram os critérios das instâncias supranacionais, ligadas aos mercados, são hoje

avassaladoras. E quando os estados entram em “incumprimento”, são submetidos a medidas e programas de “ajustamento”, como no caso português com a recente intervenção da *troika*<sup>1</sup>.

Num estudo acerca das consequências sociais do programa de "ajustamento" em Portugal, coordenado por Carlos Farinha Rodrigues (Rodrigues, Figueiras, & Junqueira, 2016), desfazem-se dois “mitos” acerca do impacto social do programa em Portugal. Por um lado, a ideia generalizada de que as políticas de austeridade, como os cortes nos salários e nas pensões, teriam “poupado” os mais pobres e prejudicado sobretudo a “classe média” é desmentida, com base nos dados que comprovam o recuo das políticas sociais neste período. Com efeito, foram os 10% mais pobres da população que mais rendimento perderam entre 2009 e 2014<sup>2</sup>. Na conclusão deste estudo os autores referem que “a forte contração dos rendimentos dos indivíduos mais pobres, gerada pela conjugação da crise económica, do desemprego e do forte recuo das transferências sociais é a verdadeira imagem de marca das políticas de ajustamento seguidas.” (2016, p. 153).

O “ajustamento”, na prática, implica a redução da intervenção do Estado na economia para promover “a liberdade dos mercados”, a diminuição da despesa para uma “gestão eficiente” dos recursos escassos. Isto se os países se querem manter competitivos e atrativos para os mercados, entidades supranacionais: “governments are as sensitive or ``accountable" to the requirements of international capital as to their electorates”. (Yeates, 1999, p. 375). As preocupações políticas parecem ter-se desviado das necessidades dos cidadãos para as necessidades dos mercados.

Em matéria de política social, as estratégias europeias falham redondamente. Dois dos objetivos definidos em 2010, para estarem atingidos em 2020, são: “aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos; reduzir em, pelo menos, 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social entre 2008 e

---

<sup>1</sup> Programa de ajustamento acordado entre o Governo Português e o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, em 2011

<sup>2</sup> Embora o empobrecimento tenha afetado toda a população, dado que em todos os decis se verificou quebra de rendimento

2020.”<sup>3</sup> Em 2008, a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 era de 70,3%, em 2015, de 70,1%. Entre 2008 e 2014 o número de pessoas em risco de pobreza subiu de 116 milhões para 121 milhões. Um em cada quatro europeus está em risco de pobreza e exclusão social<sup>4</sup>.

Estes “défices de bem-estar humano”, no entanto, não motivam programas de “ajustamento” social aos valores da “Europa Social”.

Castel (2009) questiona a ideia de alguns autores que defendem a necessidade de “globalização” da política social, isto é, que a política social seja definida por estruturas supranacionais, à semelhança do que acontece com a política económica. Acompanhamos a visão de Castel (2009, p. 42) que, sem rejeitar a ideia de que deve ser dada mais força aos organismos internacionais que tratam de questões de política social, destaca o Estado-Nação como o mecanismo que permite fazer escolhas políticas e que melhor pode responder aos problemas sociais. Também Yaetes (1999, p. 376) chama a atenção para o facto de que aceitar o determinismo económico é rejeitar que existe uma margem política para a atuação dos Estados, porque a sua atuação é feita de escolhas políticas.

Da mesma forma que os Estados têm margem para as suas escolhas, também os profissionais do Serviço Social, enquanto atores sociais, têm uma margem de atuação para procurar influenciar as políticas, ao serviço dos valores da democracia, da justiça social e da dignidade da pessoa humana.

---

<sup>3</sup> [https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention-correction/european-semester/framework/europe-2020-strategy\\_en](https://ec.europa.eu/info/business-economy-euro/economic-and-fiscal-policy-coordination/eu-economic-governance-monitoring-prevention-correction/european-semester/framework/europe-2020-strategy_en)

<sup>4</sup> <http://ec.europa.eu/eurostat/documents/3217494/7566774/KS-EZ-16-001-EN-N.pdf/ac04885c-cfff-4f9c-9f30-c9337ba929aa>

## **2. As mudanças sociais, do modelo social de bem-estar, das políticas sociais e o Serviço Social**

As sociedades dos países industrializados (em que se inclui Portugal) sofreram profundas transformações que se manifestam nos mais diversos aspetos da vida quotidiana.

Quando discutimos transformações ou mudanças sociais temos necessariamente que estabelecer alguma comparação entre o “antes” e o “agora”, mesmo sem conseguir prever com precisão o “depois”. Nas palavras de Castel: “on ne peut pas apprécier la nature et l’ampleur d’une transformation qu’en la situant par rapport à la situation que la précède et dont elle bouleverse la configuration.” (2009, p. 15).

Hoje vivemos numa sociedade marcada pela “insegurança social”, em que as gerações atuais perspetivam que as gerações seguintes terão piores condições de vida, isto é, que amanhã será pior que hoje (Castel, 2009, p. 12).

No período de institucionalização do Estado-Providência (considerado desde o pós-II Guerra Mundial até à crise petrolífera de 1973), a lógica da proteção social assentava no compromisso do capitalismo em aceitar que fosse o Estado a mediar as contradições entre capital e trabalho. A política social era marcada pela “ideia solidária de democracia social na qual os serviços públicos e as políticas sociais se consubstanciavam enquanto instrumentos de esbatimento das desigualdades, proteção dos mais fracos e de desenvolvimento das sociedades.” (Mineiro, 2015, p. 55).

O modelo social europeu revela dificuldades a partir de meados da década de 1970, marcada por uma profunda crise económica. Desde então, com especial aceleração no final dos anos 90, as dificuldades de financiamento, o desemprego massivo e de longa duração, a degradação das condições laborais, geram dúvidas acerca da sustentabilidade de um modelo de proteção assente na relação dos indivíduos com o mercado de trabalho. Reforçou-se um quadro ideológico que difundiu a ideia de que o Estado é um gestor incompetente e que é incapaz de eliminar o risco e a incerteza, desviando os sistemas de bem-estar da lógica da universalidade dos direitos sociais e da solidariedade, para uma lógica de responsabilização



individual. A individualização e contratualização passam a caracterizar as políticas sociais (Branco & Amaro, 2011, p. 660).

Se no auge do Estado Providência os fatores de risco eram assumidos coletivamente pelo Estado, a quem cabia proporcionar a segurança na vida dos cidadãos, a tendência atual é para que sejam os indivíduos os responsáveis pela sua própria segurança face aos riscos que surgem na vida.

Os direitos sociais são dos direitos menos consolidados. Quer do ponto de vista de proteção jurídica na Constituição, quer do ponto de vista da aceitação social. Esta realidade torna-os particularmente frágeis e não é surpreendente que sejam estes os direitos mais atacados, quando se procura “ajustar” o desempenho dos países aos critérios de competitividade. A despesa pública onde é mais fácil cortar é a despesa social e tal foi particularmente visível com o programa de ajustamento acordado entre o Estado Português e a *troika* das instâncias internacionais (o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu).

Os serviços públicos debatem-se com fortes constrangimentos financeiros e de pessoal, o que degrada a qualidade do serviço prestado ao cidadão, reforçando a visão da incompetência do Estado. Na lógica da individualização do risco, o mercado entra nestas áreas de "autoproteção", das quais os cidadãos não abdicam, e segmenta a população dividindo o acesso aos direitos sociais. Os cidadãos passam a assumir o risco individualmente e à medida da sua capacidade financeira.

Na sociedade contemporânea, “espera-se que as pessoas vivam com uma grande variedade de riscos diferentes, pessoais e globais e mutuamente contraditórios.” Ao mesmo tempo que “As oportunidades, ameaças e ambivalências da biografia que antes podiam ser ultrapassadas no grupo familiar, na comunidade ou recorrendo a uma classe ou grupo social, têm que ser cada vez mais percebidas, interpretadas e geridas pelos próprios indivíduos.” (Beck U., 2000, p. 7).

Castel chama a atenção para o facto de que, para além do crescimento das desigualdades, o próprio sistema de proteção social dirigido aos “indivíduos por defeito”, isto é, aqueles que falham no seu processo de “autoproteção” e de “autointegração” social, é um sistema de proteção inferior ao dos outros indivíduos (2009, p. 28).

A atribuição de prestações deixou de ser “automática” e passou a depender da contratualização de condições, transferindo para os indivíduos beneficiários a responsabilidade pela sua situação. A responsabilização destes “indivíduos por defeito”, já fragilizados e com poucos recursos que lhes permitam verdadeiramente negociar os contratos, pode ser entendida como culpabilização e estigmatização.

As transformações das políticas sociais (contratualização e individualização) e o crescimento das desigualdades têm levado alguns autores a classificá-las de “políticas de desigualdade” (Carmo & Costa, 2015).

### **3. O Serviço Social como Profissão**

#### **3.1. A afirmação do Serviço Social**

O Serviço Social, como as ciências sociais em geral, surgem no contexto da modernidade. Emergem com a análise científica das sociedades e o desenvolvimento de teorias explicativas e orientadoras da transformação social. Ancorado num projeto humanista, orientado pelos valores do progresso, da justiça social e da democracia, o Serviço Social surge como “uma atividade prática, de base científica e de sentido humanista” (Amaro, 2015, p. 53).

Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto apresentam as ciências sociais como produto da modernidade, processo longo que recolheu contributos desde o século XVII até à sua afirmação como campo do saber, no século XIX.

«É num mundo alterado pela industrialização , a urbanização e o crescimento populacional, as revoluções liberais e a eclosão dos movimentos operários e socialistas, o surgimento de novas instâncias e padrões de socialização, etc., que é fundada uma ciência, a sociologia, que disciplinas já cultivadas como a economia, primeiro, e, depois, a história, a geografia ou a demografia se tornam científicas – e que umas e outras ganham títulos de legitimidade e meios institucionais de produção e reprodução.» (Silva & Pinto, 1990, p. 14).

É com a alteração do paradigma da organização social civilizacional e da própria forma de observar e estudar os fenómenos que as relações sociais se institucionalizam enquanto campo de saber, institucionalizando-se em sistemas de ensino, facilitando as condições para a reprodução de conhecimento e para a produção de novos conhecimentos. (Silva & Pinto, 1990, p. 14).

Francisco Branco (2009) considera que o processo de profissionalização do Serviço Social português foi relativamente tardio, impulsionado, especialmente, depois da Revolução de Abril de 1974. É também neste período que as políticas sociais se desenvolvem em Portugal, dando espaço ao crescimento da profissão (Negreiros, 1999).

O Estado Providência em Portugal desenvolve-se após 1974, em contraciclo com os restantes países europeus que, a partir da crise petrolífera de 1973, começam a contrair os sistemas de proteção social. Portugal, em cerca de duas décadas, expande e contrai o seu modelo de proteção social, período demasiado curto para a consolidação dos direitos sociais.

O grau de licenciatura em Serviço Social só passou a ser atribuído em 1989, o de Mestrado em 1995 e o de Doutoramento em 2003 (Branco F. , 2009). A consolidação académica do Serviço Social é muito recente sobretudo quando comparada com outras disciplinas, já consolidadas décadas antes.

O processo de afirmação académica foi, de acordo com Negreiros, um dos fatores que mais contribuiu para a afirmação do Serviço Social como profissão, com impactos diretos na regulação da carreira profissional na Administração Pública e no reconhecimento público, que introduzem “alterações a nível do conhecimento, do desempenho e da análise da profissão, no quadro da divisão social do trabalho.” (Negreiros, 1999, p. 37).

### 3.2. Os Assistentes Sociais em Portugal

Não existem dados concretos que nos permitam descrever, com rigor, a profissão de Assistente Social em Portugal.

As estatísticas dos licenciados em Serviço Social permitem-nos realizar uma estimativa do número de licenciados ao longo dos anos. Entre 2009 e 2016, de acordo com dados da Direção-geral de Estatísticas da Educação e Ciência<sup>5</sup>, licenciaram-se em Serviço Social 5734 alunos. Atualizando a estimativa apresentada por Branco (2009), de 14875 licenciados até 2009, podemos estimar um universo de 20609 licenciados em Serviço Social em Portugal, até 2016<sup>6</sup>. Sabemos que alguns destes diplomados não estão no mercado de trabalho (ou porque exercem outras profissões, ou por já estarem reformados, entre outros fatores).

A profissão tem uma taxa de feminização muito elevada. As estatísticas dos licenciados incluem a informação do número de homens e mulheres e a taxa de feminização é sempre na ordem dos 90%, considerando o período entre 2009 e 2016.

No que diz respeito ao tipo de organização onde os profissionais exercem a sua atividade também não há estatísticas oficiais. No quadro da Administração Pública não existem dados que permitam distinguir os Assistentes Sociais dos restantes técnicos superiores. O peso mais significativo de profissionais será nos setores da saúde, da justiça, da segurança social e da administração local (Branco, 2009).

De acordo com a Carta Social<sup>7</sup>, em 2015, estavam contabilizadas 4745 entidades proprietárias de mais de cerca de 9492 equipamentos sociais, do setor não lucrativo. Atendendo a que há várias destas entidades com mais do que um profissional do Serviço Social, apontamos para que o peso do setor social enquanto empregador dos Assistentes Sociais seja, atualmente, bastante superior ao peso de empregadores públicos.

---

<sup>5</sup> <http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/>

<sup>6</sup> Dados apresentados no Apêndice B

<sup>7</sup> <http://www.cartasocial.pt/relatorios.php#>

A Classificação Portuguesa das Profissões<sup>8</sup> descreve o Assistente Social como especialista do trabalho social, enquadrado no grupo dos especialistas em ciências sociais.

Não existe Ordem Profissional ou outra regulação da profissão. Em muitas situações, as funções desempenhadas pelos Assistentes Sociais são as mesmas que desempenham outros profissionais como sociólogos, psicólogos, entre outros. A Associação dos Profissionais de Serviço Social (APSS), associação socioprofissional com maior representatividade no grupo profissional dos Assistentes Sociais, tem procurado, desde 1997, impulsionar um processo de criação da Ordem Profissional. No momento em que redigimos este trabalho, estava em discussão na Assembleia da República, um projeto de lei, propondo a criação da Ordem dos Assistentes Sociais.<sup>9</sup>

As normas éticas e deontológicas adotadas pela APSS<sup>10</sup> subscrevem as das associações internacionais, apesar de, formalmente, na ausência de ordem profissional, não haver regulação ou fiscalização do cumprimento destes normativos.

### **3.3. Desafios da profissão**

O Serviço Social contemporâneo enfrenta um duplo desafio: o de responder aos novos problemas sociais e o de reforçar o papel dos profissionais.

A afirmação do serviço social enquanto profissão efetivou-se acompanhando a implementação dos sistemas de bem-estar, pelo que, quando estes são sujeitos a alterações, há necessariamente impactos no exercício da profissão.

Os assistentes sociais são atores sociais e não estão imunes às dinâmicas societárias que vêm valorizando a “competitividade” e o “individualismo”, à tecnocracia, gerando igualmente

---

8

[https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=107961853&PUBLICACOESmodo=2&xlang=pt)

<sup>9</sup> Projeto de Lei n° 666/XIII, publicado na Separata N.º78/XIII/3 do Diário da Assembleia da República

<sup>10</sup> <https://www.apross.pt/profissao/etica-e-deontologia/>

processos de precarização laboral e constrangimentos ao desenvolvimento de uma carreira profissional no contexto do mercado de trabalho atual.

As influências ideológicas da racionalização dos recursos e as práticas managerialistas, decorrentes do “new public management”, aliadas às mudanças nos sistemas estatais de bem-estar, promoveram práticas profissionais que foram progressivamente distanciando os profissionais de referenciais essenciais da profissão. Nas palavras de Amaro: “todas estas tendências desenvolvem uma teia procedimental que o profissional do terreno deve seguir, que se pressupõe testada e eficaz e que transmutam os meios em fins e confundem os fundamentos da profissão.” (Amaro, 2015, p. 84). Não sendo uma questão que afeta em exclusivo os assistentes sociais, neste grupo profissional o seu impacto faz-se sentir de forma acentuada atendendo a que o desenvolvimento da sua profissão está diretamente relacionado com o Estado-providência e as políticas sociais.

Este diagnóstico sublinha a urgência da reaproximação do Serviço Social aos seus valores fundadores e ao desenvolvimento de uma prática profissional que atue mais diretamente sobre as causas das injustiças sociais.

Num quadro ideológico de tentativa de despolitização da atuação do Serviço Social, os profissionais do Serviço Social, para além de terem de dar resposta a novos problemas, têm de escolher como se querem posicionar em termos do projeto que defendem para a sociedade.

Em linha com Amaro (2015), reivindica-se a capacidade reflexiva dos profissionais e a repolitização da profissão no sentido de tomar partido pela intervenção social respeitando os valores da justiça social, da democracia e dos direitos humanos:

“O Serviço Social não pode abdicar da sua natureza política, quer enquanto campo de intervenção, quer enquanto escopo de olhar sobre o mundo. Este imaginário político coloca-se quando a profissão se reafirma na defesa de um ideal de justiça social, democracia e realização do potencial individual.” (Amaro, 2015, p. 77)

Esta reivindicação mais não é do que a recuperação da ação das pioneiras do Serviço Social, Jane Adams e Mary Richmond. Como defende Branco (2016), apesar de cada uma ter

influenciado rumos distintos na prática do Serviço Social, em muitos casos apresentados como antagônicos, é possível perceber, nos seus percursos, a identificação comum com a relação inseparável entre o Serviço Social e a Política Social. A dicotomia entre o “caso” associado a Richmond ou a “reforma social” mais associada a Adams, são hoje dois tipos de intervenção que devem fazer parte da atividade de qualquer assistente social: atuar em defesa e junto dos utentes, mas transportar as situações com que se defronta e agir no sentido da mudança social.

Nas palavras de Dominelli: “Social workers have to free themselves from the shackles of a government imposed bureau-rationality that has turned them into bureau-technocrats unable to rise to the challenges of twenty-first-century practice”. (Dominelli, 2004, p. 253). Também Figueira- McDonough considera que as práticas profissionais mais terapêuticas ou orientadas para “o caso” não estão a cumprir o objetivo de justiça social:

“This is not to deny the merit of such roles, but rather to point out that their objective is not to ensure a more equitable distribution of opportunity. Progress toward social justice requires direct involvement in the formation and modification of social policy” (Figueira-McDonough, 1993, p. 180).

As potencialidades da reaproximação do Serviço Social à política social podem ser diversas. Padilla e Fong (2016) destacam a ideia de dar voz a problemas sociais prementes, contribuir para a definição de objetivos prioritários, a integração dos problemas na agenda política, a procura de soluções inovadoras, a definição de estratégias sustentáveis, a influência em problemas sociais chave.

O reforço desta prática tem vantagens para a profissão e para a sociedade. Os valores profissionais do Serviço Social colocam-no numa posição diferenciada face a outras profissões que, embora atuando também na esfera do social, não têm o mesmo mandato.

O grande ganho para o Serviço Social poderá ser o de uma “re-identitização”, ao recuperar a capacidade de orientar a sua atividade pelos valores pelos quais emergiu e conquistou espaço de atuação na sociedade.

O potencial de transformação positiva da vida dos utentes e das próprias sociedades, através da mobilização dos assistentes sociais, potencia também o reconhecimento do papel imprescindível dos assistentes sociais enquanto grupo profissional, reforçando a legitimação da profissão.

O grande ganho, em termos societários, do envolvimento do Serviço Social na Política Social, será o de conseguir recentrar as políticas sociais nas pessoas, consubstanciando respostas políticas que efetivamente tenham subjacentes os valores da igualdade e da justiça social, contribuindo assim para o desenvolvimento dos níveis de bem-estar e para o progresso social.

#### **4. A dimensão política do Serviço Social**

As políticas públicas, enquanto respostas coletivas aos problemas e necessidades socialmente reconhecidos, constituem um dos enquadramentos essenciais do exercício profissional do assistente social, pelo que se devem ter em linha de conta como aspetos estruturantes para o exercício da profissão: as políticas sociais que afetam as funções do Estado em matéria de segurança social, as políticas de proteção social e outros programas públicos dirigidos a determinados problemas sociais; as políticas que afetam as condições de vida dos utentes e dos serviços, como sejam a educação, a saúde, a habitação, entre outros; as políticas que dizem respeito aos direitos, à cidadania e à própria democracia (Solender, 1958, p. 3).

O ciclo das políticas encerra espaços que permitem aos assistentes sociais constituir-se como atores das políticas públicas (Knoepfel, 2007) e exercer a sua influência em qualquer das suas fases (identificação, formulação, implementação e avaliação).

Se é verdade que cabe à esfera política (dos governos e órgãos de soberania) gerir os temas que constam da sua agenda, não é menos verdade que os profissionais do Serviço Social podem ter um papel importante na identificação de alguns desses temas.



O Serviço Social pode, também, exercer um papel ativo na produção da legislação, procurando que a legislação produzida se adeque aos problemas que efetivamente pretende resolver. A experiência acumulada pelas dificuldades práticas em lidar com a legislação que enforma as políticas, torna mesmo desejável que haja um contributo daqueles que vão ter de lidar mais diretamente com ela.

O papel reservado ao serviço social no processo das políticas públicas é, em muitos casos, limitado à implementação das políticas, isto é, a aplicação da legislação. Esta fase do ciclo das políticas incorpora diversas oportunidades de atuação para os profissionais. A liberdade individual com que o profissional interpreta a legislação, à luz dos seus princípios ético-profissionais, dá-lhe uma margem de atuação diferente da mera interpretação jurídica. É neste esforço de interpretação que muitas das limitações ou virtuosidades das políticas poderão ser melhor identificadas. E pode resultar daí um forte contributo que os profissionais poderão dar no fecho do ciclo das políticas, isto é, na sua avaliação.

Os valores de justiça e mudança social, intrínsecos à profissão de Assistente Social, podem colocar como imperativo ético a intervenção nas políticas sociais. Os profissionais do Serviço Social, atendendo aos conhecimentos que advêm da proximidade face aos indivíduos, aos seus contextos e aos problemas sociais, são os atores que ocupam a melhor posição para o fazer. Nas palavras de Mendes “social workers can transform private pain into public issues” (2007, p. 41).

#### **4.1. Policy Practice: A atuação dos profissionais na esfera das políticas sociais**

Jansson defende que o esforço para mudar as políticas deve fazer parte da atuação dos profissionais e que estes se devem centrar na preocupação de influenciar as políticas em prol dos grupos mais desfavorecidos com quem os assistentes sociais trabalham (“policy advocacy”).

“We argue, however, that social workers are even more morally deficient than other professionals if they do not engage in policy-sensitive and policy-related practice, because they occupy a unique position in the human services system.” (Jansson, 2003, p. 36)

Figueira-McDonough (1993, p. 180) chama a atenção para os efeitos negativos do distanciamento entre os decisores e “policy makers” e os assistentes sociais, enquanto implementadores e os destinatários das políticas:

“Policy decisions are made from the top down without an input from the ground-up. In sum, the absence of social workers from social policy practice is damaging to the identity of the profession and to the clients whose interests they should represent and defend”

A dimensão política do exercício profissional do Serviço Social remete-nos para o conceito de *policy practice*<sup>11</sup>. **Policy Practice** descreve o papel dos profissionais do Serviço Social no campo da política social. Pressupõe que o Serviço Social está comprometido com o aprofundamento da justiça social, em relação estreita com a definição de serviço social aprovada pelas associações profissionais internacionais:

“O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empowerment e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do serviço social, nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o serviço social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social”.<sup>12</sup>

Wyers (1991) chama a atenção para o facto de, apesar de a preocupação em promover a *policy practice* ser relativamente recente no serviço social, e ser partilhada por diversos autores, existirem diferentes entendimentos acerca do que significa. Quem são os profissionais de Serviço Social que devem assumir esta prática? a que nível se atua (dentro

---

<sup>11</sup> “Policy Practice” é um termo que vem da tradição anglo-saxónica e que poderia ser traduzido por “prática política” mas, dada a pluralidade de sentidos do termo “política” na língua portuguesa, e atendendo ao foco deste trabalho, pareceu-nos mais adequado manter a designação em inglês, que no fundo remete para a influência dos profissionais nas políticas (policy).

<sup>12</sup> Definição aprovada em 2014 pela International Federation of Social Workers (IFSW) e pela International Association of Schools of Social Work (IASSW) em Julho de 2014, em Melbourne, disponibilizada no sítio da Associação dos Profissionais de Serviço Social (<http://www.apross.pt/profissao/defini%c3%a7%c3%a3o/>)

das organizações, para fora? Na esfera político-partidária e institucional?), durante o horário de trabalho, ou fora dele? São um conjunto de interrogações que resultam de alguma indefinição conceptual. Tal indefinição dificulta a operacionalização deste conceito de modo a aprofundar uma análise sobre esta matéria.

Assim, no quadro desta investigação, *policy practice* é entendida, em linha com o trabalho de Idit Weiss -Gal e John Gal (2013), como o conjunto de atividades que os assistentes sociais, no âmbito do seu trabalho profissional, desenvolvem tendo em vista influenciar a formulação e implementação das políticas sociais, no sentido de estas irem ao encontro dos valores fundamentais do Serviço Social. O seu âmbito reporta-se ao domínio das políticas sociais, aquele que mais diretamente se relaciona com a jurisdição dos assistentes sociais.

Na definição destes autores, a influência nas políticas não se deve confundir com a atividade política (como por exemplo nos partidos políticos ou em movimentos sociais) que cada assistente social, enquanto cidadão, possa ter. Trata-se apenas da atividade, que faz parte do conteúdo funcional da profissão, de influência na Política Social, em resultado da prática profissional do Assistente Social.

Os fenómenos sociais, enquanto produtos de interações humanas, não ocorrem de modo determinístico. Os profissionais do Serviço Social não estão condenados ao conformismo e ao esvaziamento da sua atuação. A denúncia pública de um problema e de uma injustiça, o pedido de intervenção de uma associação profissional, a consciencialização dos utentes acerca da importância dos direitos sociais, são formas que podem ter menos impacto na mudança direta das políticas sociais, mas que ainda assim estão ao alcance de todos os que entendam assumir a dimensão política da sua atividade. As estratégias são variadas. O recurso a representantes (proxy), o envolvimento direto em movimentos e em redes profissionais, a análise e investigação académica, a participação em movimentos sociais, a influência das organizações e, em especial no quadro da Administração Pública, são alguns dos exemplos destacados por Weiss- Gal e Gal (2013, pp. 195-199).

## **5. O estudo das práticas de *policy practice***

*Policy practice* é uma forma de participação e influência nas políticas sociais que se opera na esfera profissional, diferentemente da participação política, que tem como campo a esfera da cidadania. A participação política é um conceito mais amplo que não se foca na análise da prática dos profissionais, mas sim na prática dos cidadãos.

O envolvimento dos profissionais no processo das políticas sociais resulta de uma combinação de diferentes fatores.

Enquanto forma de participação na esfera política, são especialmente relevantes para o estudo das práticas de *policy practice* os estudos sobre os modelos de participação política.

De acordo com Verba, a participação política é a forma de os cidadãos assumirem as suas posições e de influenciarem os responsáveis políticos a decidirem em prol dos seus interesses: “Through their activity, citizens in a democracy seek to control who will hold public office and to influence what the government does.” (Verba, 2003, p. 663).

A participação em partidos políticos, em atos eleitorais, em campanhas, em movimentos ou em ações de protesto é entendida do ponto de vista dos direitos de cidadania. Pode dizer respeito a problemas que se cruzam, ou não, com os problemas identificados pelos profissionais do Serviço Social.

### **5.1. Modelos de participação política**

Os modelos de participação política foram desenvolvidos por diversos autores, procurando explicar o maior ou menor envolvimento dos cidadãos na esfera política.

Um dos principais modelos adotado em diversos estudos comparativos da ciência política é o “Civic Voluntarism Model” (Verba, Schlozman, & Brady, 1995). Com este modelo os

autores procuraram explicar o que leva alguns indivíduos a envolver-se (ou não) em atividades políticas.

Partindo de uma reflexão acerca das razões para o não envolvimento dos indivíduos na política - *porque não podem, não querem ou nunca ninguém os convidou* – os autores apontam como principais fatores de envolvimento os recursos (podem), o envolvimento psicológico (querem) e as redes de relacionamento (alguém os convidou) (Verba, Schlozman, & Brady, 1995, p. 269).

Os recursos são fundamentalmente o tempo, o dinheiro e as capacidades de organização e comunicação (designadas de competências cívicas - “civic skills”). Quanto ao envolvimento psicológico, este decorre do interesse nas questões políticas, na percepção da eficácia e da capacidade de “fazer a diferença”, na sensação reconfortante de “dever cumprido”, na consciência de que não se vive sozinho em sociedade e na identificação com partidos políticos (Verba, Schlozman, & Brady, 1995, p. 272). As redes de relacionamento (familiares, profissionais) surgem como facilitadores de envolvimento dos cidadãos. São, no entanto, menos explicativas da participação política uma vez que os indivíduos podem optar por se envolver nessas atividades mesmo sem serem “convidados” por alguém que lhes é próximo.

Na formulação de Verba e colegas:

“political participation is inhibited when individuals face deficits in time, money, or skills, thus making it difficult for them to take part; when they lack the motivation to be active because they are not politically interested or knowledgeable and are not concerned about political issues and outcomes; and when they are not exposed to attempts to mobilize them to political action.” (Schlozman, Verba, & Brady, 2010, p. 488)

Na análise das teorias da participação política, Norris sintetiza os contributos de Verba e outros autores, categorizando os fatores que levam à participação política em diferentes níveis (2002, p. 20). Assim, encontramos um nível macro (estrutura), que diz respeito ao nível de desenvolvimento social e económico e à estrutura do Estado, um nível meso (agência), que diz respeito às organizações da sociedade civil que mobilizam os cidadãos como os partidos políticos, os sindicatos, as instituições religiosas, e o nível micro,

relacionado com as dimensões apontadas por Verba *et al.* (1995) como os recursos e a motivação.

Um aspeto fundamental do trabalho de Verba, e dos diferentes colegas que o acompanharam, é a preocupação em analisar os processos de desigualdade social a partir da participação política dos indivíduos. Partindo do pressuposto que a democracia se baseia no ideal de igualdade de todos os cidadãos, torna-se relevante, para quem está comprometido com os valores da democracia, perceber que a participação política reflete as desigualdades sociais.

De todos os fatores que promovem o envolvimento dos cidadãos, são os recursos os que assumem maior relevância uma vez que influenciam o nível socioeconómico dos indivíduos. Tal como Verba, Schlozman e Brady assinalam: “A resource-centered explanation of political participation shows how class and status stratification shape individual resources to constrain individual choices about political participation.” (1995, p. 287).

Se, conforme alerta Verba (1995), a participação política espelha as desigualdades sociais, o Serviço Social, ao atuar de modo a reduzir essas desigualdades, contribuirá também para a redução da desigualdade na participação política, satisfazendo o ideal democrático de que todos os cidadãos são iguais. Nesta linha, destacamos a posição da Federação Internacional dos Assistentes Sociais, tomada em novembro de 2016, a propósito da fraca participação eleitoral nas eleições presidenciais dos Estados Unidos da América:

“The role of social workers is facilitating solidarity within families, groups and between groups for the development of systems and structures that are inclusive and respect the dignity of all people. It is therefore natural for us to advocate for the development of active and engaging democratic structures, which support people’s participation in decision making.”<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> <http://ifsw.org/news/the-social-work-role-in-building-real-democracy/>

## **5.2. Da participação dos cidadãos na política à participação dos assistentes sociais na política**

Ritter (2008) adapta o modelo proposto pela equipa de Verba ao estudo do envolvimento político dos assistentes sociais, concluindo que o modelo tem poder explicativo. Assim, os recursos, o envolvimento psicológico e as redes de recrutamento são os principais fatores que levam os profissionais do Serviço Social a participarem em atividades políticas.

Neste estudo, a autora não avaliou práticas profissionais, mas sim a participação política dos cidadãos pertencentes ao grupo profissional do Serviço Social. Admitindo que os profissionais com maior participação política na sua vida extraprofissional estarão mais disponíveis para se envolverem em atividades de *policy practice*, o estudo de Ritter é útil na medida em que permite perceber quais os assistentes sociais com maior potencial de adesão à tentativa de influenciar as políticas sociais.

Hofer (2013) readapta o modelo aplicado por Ritter, passando a considerar os fatores que levam ao envolvimento em atividades de específicas "policy advocacy"<sup>14</sup>, isto é, a prática política especificamente na esfera profissional. A estrutura que apresenta é muito semelhante agrupando as variáveis explicativas em fatores externos (participação noutras organizações, tempo e capacidades) e fatores internos (nível educacional, interesse, valores e sentido de responsabilidade profissional).

Idit Weiss Gal e John Gal (2013, 2015) desenvolvem um modelo de "Policy Practice Engagement" (PPE), que incorpora elementos dos modelos anteriores e que apresenta três componentes principais para explicar o que leva ao envolvimento dos profissionais em práticas visando a influência nas políticas sociais: Oportunidade, Facilitação e Motivação.

---

<sup>14</sup> O conceito de "policy advocacy" é muito semelhante ao de "policy practice". De acordo com Jansson (2003, p. 13) quando estamos a tratar de grupos particularmente afetados pelos problemas sociais e/ou fenómenos de exclusão (mulheres, crianças, idosos, pobres, pessoas com deficiência, entre outros), a atuação é em defesa e em nome dos mais desprotegidos e, portanto, é uma forma de advogar os interesses de outros.

A primeira varia consoante o enquadramento político-institucional, ou seja, de acordo com o modo de produção das políticas e os espaços de participação criados que permitam a participação direta de profissionais. Vai ao encontro da proposta de Norris ao identificar os fatores de nível macro.

A componente da facilitação está mais relacionada com o contexto profissional, analisando até que ponto há uma identificação das próprias instituições com a necessidade de procurar influenciar as políticas sociais. Poderemos considerar esta componente o nível meso.

A terceira componente, motivação, é aquela que depende mais diretamente do indivíduo – a sua socialização profissional, os seus valores, o seu percurso de vida e profissional - situando-se ao nível micro de atuação.



## 6. Problemática

Os profissionais do Serviço Social não são meros espectadores na sociedade. A profissão e a disciplina que abraçaram confere-lhes a capacidade de contribuírem para uma sociedade menos desigual e autodestrutiva, centrada no bem-estar do ser humano em todas as dimensões da sua vida.

A demissão dos assistentes sociais enquanto atores no processo das políticas sociais conduz a uma predominância no enquadramento das suas práticas profissionais de uma lógica “top-down” no qual estes profissionais surgem como executores das políticas, como “street-level bureaucrats” (Lipsky, 1980).

Ao invés, recorrendo à estratégia de *policy practice* o serviço social intenta o reforço da relação dialética entre política social - serviço social.

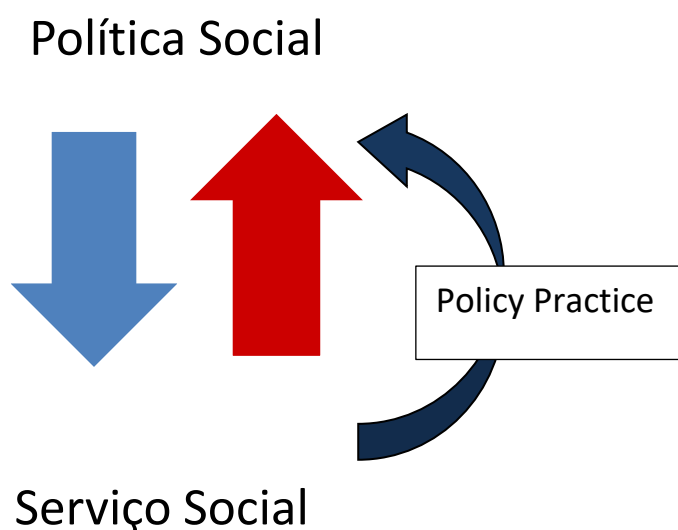


Figura 1- Modelo dialético de relação do Serviço Social com a Política Social

Podemos dizer que o Serviço Social, adotando um posicionamento crítico e proativo face às medidas de política social que enformam a sua atividade profissional, deve procurar influenciá-las, explorando as diferentes oportunidades que o ciclo das políticas sociais proporciona quer ao nível da implementação, quer no desenho e avaliação, quer ainda na contribuição para a definição da agenda das políticas sociais.

Coloca-se como hipótese genérica que se houver um maior envolvimento dos profissionais na definição da Política Social (ou políticas sociais) estas tenderão a dar uma melhor resposta aos problemas sociais.

Sem prejuízo da relevância da implementação das políticas públicas, o não envolvimento dos Assistentes Sociais, pelo contrário, tenderá a limitar o seu papel à execução das medidas de política social, desaproveitando a capacidade de melhorar a qualidade das respostas aos problemas sociais através da influência sobre as diferentes dimensões do *policy cycle*.

## 7. A Construção de um modelo de análise do envolvimento em *policy practice*

Verba *et al.* (1995) e Ritter (2008) analisam os aspetos da participação política enquanto atividade individual, mais na dimensão de cidadania do que na dimensão profissional. O primeiro estuda a participação política dos cidadãos em geral, a segunda estuda a participação política dos profissionais do serviço social. Hoefer (2013) e Weiss-Gal & Gal (2013) interessam-se pela atividade profissional orientada para influenciar as políticas sociais, debruçando-se especialmente sobre as práticas profissionais.

No presente estudo adotamos o modelo de *Policy Practice Engagement* (Weiss-Gal & Gal, 2013), para analisar o envolvimento dos profissionais de Serviço Social portugueses nas políticas sociais. Foi com base neste modelo que procedemos à elaboração dos protocolos de observação, mais especificamente o questionário, a partir do qual se pretendeu aferir o nível de envolvimento dos assistentes sociais portugueses em *policy practice*.

Seguindo esta perspetiva analítica, no modelo que propomos o nível de envolvimento em *policy practice* dependerá de quatro grandes conjuntos de fatores: O contexto sociopolítico, o contexto organizacional, o contexto da profissão e os fatores individuais (**Erro! A origem da referência não foi encontrada.**). Os três primeiros são exteriores ao indivíduo, na medida em que retratam variáveis que dependem menos diretamente do seu percurso de vida (o contexto sociopolítico, as características da organização em que trabalha ou as características da profissão não resultam de escolhas dos indivíduos). É no quarto eixo que se concentram os valores, os elementos biográficos, as atitudes face à política e que podem dar melhor conta das escolhas de cada profissional em termos do seu envolvimento em práticas de influência das políticas sociais.

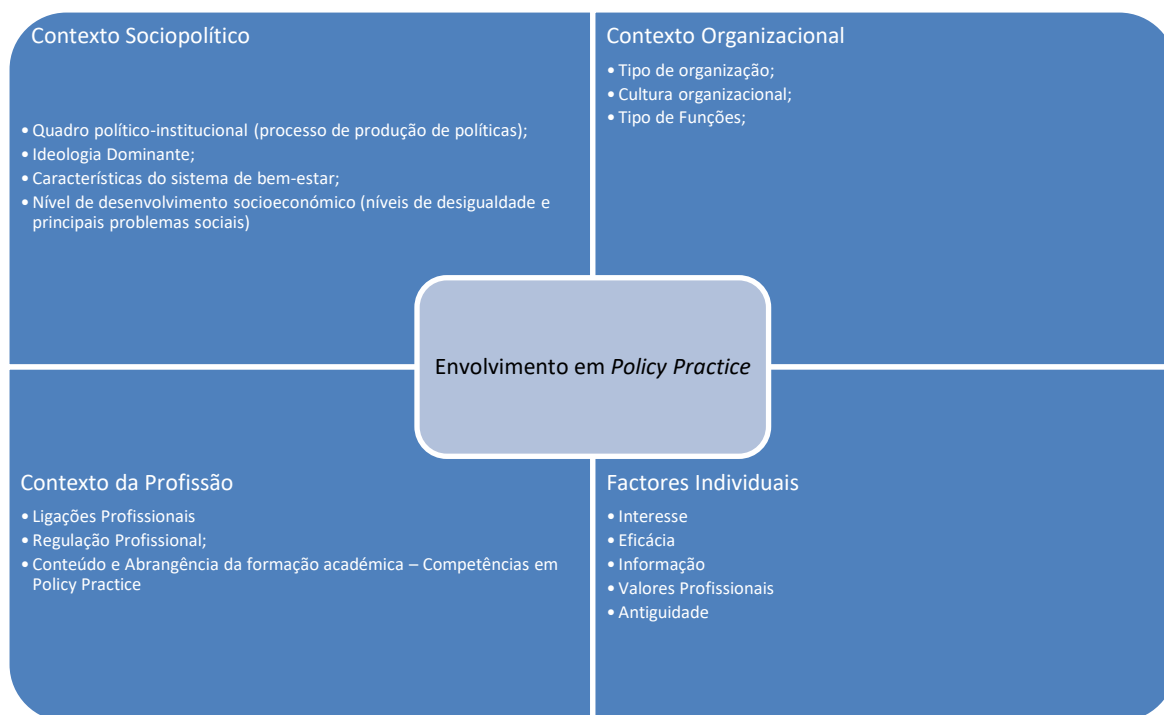


Figura 2- Grelha de análise dos fatores de Envolvimento em Policy Practice

### 7.1. O envolvimento em *policy practice*

O nível de envolvimento em atividades de *policy practice* é a variável dependente do nosso estudo, isto é, aquela que pretendemos explicar.

O cerne desta investigação é o de procurar compreender o nível de envolvimento dos Assistentes Sociais portugueses na Política Social, e ver em que medida seguem a tendência de baixo envolvimento em atividades de” *policy practice*” detetada noutros países ( (Weiss-Gal & Gal, 2013).

Como principais indicadores para esta variável teremos um conjunto de quinze atividades em relação às quais pretendemos saber se os profissionais que inquirirmos se envolvem ou não. Estas atividades foram adaptadas dos trabalhos de Ritter (2008), de Gewirtz-Meydan et

al. (2016) e do European Social Survey (ESS)<sup>15</sup>. As questões consideradas por Verba e Ritter como atividades de participação política são adaptadas ao contexto profissional para que possam dar conta da atividade profissional dirigida às políticas sociais. Algumas das actividades de *policy practice* mais relacionadas com a litigância, consideradas por Gewirtz-Meydan et al., não foram incluídas por se ter considerado que não eram aplicáveis no quadro da intervenção dos profissionais no contexto português.

## **7.2. O Contexto Sociopolítico**

O contexto sociopolítico refere-se ao funcionamento do sistema político, à ideologia dominante, ao sistema de bem-estar e ao nível de desenvolvimento socioeconómico (Weiss-Gal & Gal, 2013, p. 200). Variações neste contexto condicionam a participação dos profissionais no processo de formulação das políticas sociais.

No caso do presente estudo, dado o seu carácter nacional, não se registarão alterações no contexto sociopolítico, embora seja de admitir que possa haver diferenças na participação no processo de formulação de políticas sociais quando se trata de políticas de âmbito nacional, local ou organizacional. Apesar disso, parte-se do princípio que as diferenças eventualmente observadas dependerão mais do contexto organizacional do que do sistema político.

É, no entanto, útil perceber quais são as visões dos assistentes sociais quanto ao contexto sociopolítico em que exercem a sua atividade: se consideram que têm oportunidades de participação, se estão satisfeitos com o sistema de bem-estar português e de que modo analisam os problemas sociais que afetam a população com que trabalham.

---

<sup>15</sup> [http://www.europeansocialsurvey.org/about/country/portugal/ess\\_portugal.html](http://www.europeansocialsurvey.org/about/country/portugal/ess_portugal.html)

### **7.3. O Contexto Organizacional**

O contexto organizacional, de acordo com os modelos de referência da presente investigação, é uma dimensão muito relevante. Se no seu enquadramento organizacional os profissionais são incentivados a tomar posição acerca dos problemas e das políticas com que se confrontam, terão maior capacidade de participação do que os profissionais que estão a trabalhar em contextos em que imperam lógicas mais managerialistas. No fundo, a margem de liberdade dos profissionais enquanto atores varia consoante as estruturas em que estão inseridos.

As diferentes culturas organizacionais podem ter um papel importante no envolvimento dos profissionais em práticas políticas. A inscrição na sua missão, princípios e prioridades do *policy process* como uma dimensão específica e da promoção ou limitação da participação dos profissionais nesse processo, surgem como facilitadores, ou limitadores, de uma prática profissional orientada para a influência das políticas sociais.

Para além das características da organização em que se inserem, as próprias funções que os profissionais desempenham e os cargos que ocupam influenciam a sua capacidade de atuação no processo das políticas sociais.

### **7.4. O Contexto da Profissão**

Inscvem-se nesta dimensão de análise as associações profissionais e outras redes profissionais, a regulamentação da profissão, o papel esperado dos profissionais e o conteúdo da formação académica.

O associativismo pode funcionar como um fator incentivador para os profissionais se envolverem mais efetivamente no processo das políticas sociais. Da mesma forma, importa perceber se existem laços profissionais que se expressem através da participação em grupos de profissionais ou no acompanhamento de revistas e trabalhos da especialidade. Quanto

maior a identificação e mais fortes as redes profissionais, mais fortes serão as condições para o envolvimento em *policy practice*.

A regulação da profissão (regras éticas e deontológicas) poderá ser um facilitador da prática profissional dirigida às políticas sociais, se esta prática for valorizada como uma das determinações éticas.

Também a formação académica tem um papel relevante na ativação da *policy practice* dos profissionais. Da mesma forma que os diversos estudos sobre participação política têm estabelecido que existe uma relação entre a formação académica e a participação política, considera-se que a formação académica com conteúdos específicos de *policy practice*, é um recurso que pode contribuir para aumentar este tipo de atividade profissional, supondo-se que quanto maior for a formação nesta área, maior será o envolvimento dos profissionais.

### **7.5. Fatores individuais**

Qualquer decisão de participação política (seja enquanto cidadãos, seja enquanto profissionais) decorre de escolhas individuais. No fundo, quando analisamos as diferentes escolhas dos indivíduos, analisamos o que os vários autores classificam de fatores motivacionais, pondo-se a questão de saber quais são esses fatores.

Tal como Verba *et. al.*, sustentam, os fatores individuais revelam a motivação, isto é, a predisposição para agir. Com os mesmos recursos, indivíduos com motivações diferentes fazem opções diferentes no que toca ao seu envolvimento em atividades políticas.

Ritter (2008) demonstrou, no estudo com profissionais do Serviço Social, que as variáveis com maior poder explicativo da participação política são o interesse na política, a eficácia, a informação e os valores. Pretendemos verificar se, com o modelo que propomos, são também os fatores individuais aqueles que melhor explicam o envolvimento em *policy practice*.

Assim considerámos, como fatores individuais de envolvimento, o interesse, a eficácia, a informação, os valores e a antiguidade. Procurámos construir estas variáveis, consideradas por outros autores para explicar a participação política, adaptando-as ao estudo específico da prática profissional.

### 7.5.1. Interesse

O interesse na política, numa perspetiva de participação dos cidadãos na esfera da política (*politics*) traduz-se na pergunta “qual o seu interesse na política?”. Atendendo a que estudos como o de Ritter (2008) apontam para o facto desse interesse se diferenciar quanto aos níveis, local e nacional, também neste estudo procuraremos espelhar essas diferenças.

No nosso caso, o interesse foi situado como reportando-se a medidas de política social e a problemas sociais. Uma vez que a *policy practice* consiste em atividades de influência na Política Social, mais do que questionar o interesse nas questões políticas em geral, tentámos perceber qual o interesse que os profissionais têm nas políticas sociais.

A participação política (em sentido lato) pode funcionar como motivador para o envolvimento para a prática profissional orientada para as políticas, sendo mais provável que o assistente social que tem experiência de participação política (em partidos, campanhas, movimentos sociais) esteja mais desperto para atuar no campo das políticas sociais enquanto profissional. No fundo, considera-se que quem se interessa pelas questões políticas (*politics domain*) de um modo geral estará mais predisposto para a atuação profissional dirigida às políticas (*policy realm*) que condicionam os públicos com que trabalha.

Uma outra medida de interesse é a discussão sobre as questões da atualidade. Se discutimos as questões com outras pessoas demonstramos interesse nessas mesmas questões. Neste caso procurarmos conhecer se os problemas sociais e as respostas da política social costumam ser tema de discussão em diferentes círculos de interação dos profissionais.



### **7.5.2. Eficácia**

A eficácia é a variável que traduz a percepção dos indivíduos acerca da sua capacidade de fazer a diferença. Pretende-se perceber se os profissionais se consideram capazes de influenciar as políticas sociais, se entendem que a sua opinião é valorizada, se entendem que têm capacidade de chamar a atenção dos responsáveis políticos para os problemas, se entendem que a participação na esfera política é fácil.

### **7.5.3. Informação**

Estudos sobre participação política estabelecem uma relação entre o nível de informação acerca das questões políticas (como conhecer os candidatos, os responsáveis políticos, o sistema eleitoral, o sistema político, entre outras) e a sua atitude face à política (Verba, Schlozman, & Brady, 1995, p. 347).

Na mesma linha, pressupõe-se que os conhecimentos acerca dos problemas sociais, da Política Social e do processo que leva à sua formulação de políticas sociais são fundamentais para o envolvimento em atividades que procurem influenciar essas políticas.

### **7.5.4. Valores**

Nos trabalhos de Verba e colegas (1995) e de Ritter (2008), as influências familiares são apontadas como explicativas das opções dos indivíduos. Mas também a escola e o trabalho são fatores de socialização que contribuem para a formação de valores. A questão dos valores é abordada do ponto de vista dos valores profissionais, isto é, o entendimento que os profissionais têm acerca dos valores subjacentes à sua profissão, pretendendo-se verificar se o discurso produzido no contexto da profissão e os valores transmitidos pelos profissionais coincidem.

#### **7.5.5. Antiguidade**

A experiência profissional é outro fator que poderá influenciar a maior ou menor facilidade com que os profissionais se movem no campo das políticas sociais (Gewirtz-Meydan, Weiss-Gal, & Gal, 2016, p. 5). Assim, considera-se que com a experiência se adquirem mais competências e conhecimentos acerca do funcionamento do sistema, melhorando as condições para intervir.<sup>16</sup> A antiguidade foi medida a dois níveis: na profissão e no contexto organizacional.

---

<sup>16</sup> Num estudo acerca da prática política de profissionais em organizações não lucrativas em Israel (Gewirtz-Meydan, Weiss-Gal, & Gal, 2016), a variável da antiguidade é considerada um recurso do assistente social.

## 8. Metodologia

A metodologia que apresentamos reflete a nossa estratégia de recolha de informação, tendo por referência o modelo de análise a que chegámos, após a reflexão teórica.

Procurámos um instrumento de recolha de dados que nos permitisse determinar o nível de envolvimento dos Assistentes Sociais em atividades de *policy practice*, perceber quais as atividades que revelam um maior nível de envolvimento e encontrar fatores explicativos dos diferentes níveis de envolvimento.

Optámos, nesta investigação, pela metodologia quantitativa inserida, quanto à forma de produção de conhecimento, numa abordagem hipotético-dedutiva (cf. Bryman, 2012: p.37). Procurámos construir um modelo de análise sustentado num enquadramento teórico de modo a podermos testar em que medida as nossas hipóteses se verificavam. O instrumento de recolha dos dados foi um inquérito por questionário dirigido a assistentes sociais em Portugal.

A partir das dimensões que destacámos no modelo de análise (contexto sociopolítico, contexto da profissão, contexto organizacional, fatores individuais), operacionalizámos diferentes indicadores que constituíram a base das perguntas do nosso questionário.

A metodologia quantitativa, do que conseguimos apurar até ao momento, tem sido pouco aplicada nos trabalhos de investigação em Serviço Social em Portugal pelo que não foi fácil encontrar estudos semelhantes e “aprender” com as suas limitações e potencialidades. A proximidade do terreno, tão característica do Serviço Social, resulta também em que para os problemas sociais mais concretos se opte por abordagens mais qualitativas (observação e entrevistas, por exemplo) de cariz indutivo.

Na investigação a que nos propusemos, a abordagem foi inversa e procurou validar as hipóteses resultantes da abordagem teórica, construídas previamente. Para testarmos as relações de causalidade necessitámos de um número elevado de respostas. Como não

existiam estudos semelhantes em Portugal, pareceu-nos mais sólida uma abordagem que procurasse adaptar estudos semelhantes realizados noutros países, que seguiram também a abordagem quantitativa.

## **8.1. Limites e potencialidades da opção metodológica**

### **8.1.1. A construção da amostra**

Esta opção metodológica teve como limitação a dificuldade em definir previamente uma amostra. Por um lado, não pudemos determinar a representatividade estatística da amostra, atendendo a que não tínhamos dados de caracterização do universo que pudessem ser refletidos numa amostra estratificada. Por outro lado, não dispúnhamos de uma base de recenseamento pelo que tivemos de recorrer a uma divulgação do tipo “bola de neve”, sendo imprevisível o número de respostas que poderíamos obter.

De acordo com as estimativas do número de assistentes sociais em Portugal, com base no número de licenciados, apontámos para um número total de 20609 assistentes sociais o que implicaria recolher 378 respostas para que os resultados extraídos pudessem ter significado estatístico. O facto de não existirem dados estatísticos recentes que nos permitissem caracterizar os assistentes sociais (número de profissionais, contextos profissionais, campos de atuação, principais respostas a que se dedicam, entre outros), não nos permitiria chegar a uma amostra estratificada, isto é, reproduzindo as principais diferenças entre os sujeitos da nossa amostra, verificadas no universo. O objetivo foi, ainda assim, então o de conseguir o maior número de respostas possível de modo a ser possível testar algumas relações de causalidade.

As dificuldades em conhecer exatamente quantos são os indivíduos e onde se encontram obrigaram a pensar em formas de chegar até eles e conseguir recolher os dados pretendidos.

Procurou-se disseminar o inquérito por diferentes vias, para diversificar o mais possível as respostas obtidas, uma vez que se partiu do pressuposto que o tipo de resposta difere em função de diferentes perfis profissionais. Quando só se consegue chegar a um grupo muito homogéneo de profissionais, as respostas terão, provavelmente, poucas diferenças correndo-se o risco de não se poder testar algumas das hipóteses colocadas.

Dado o pouco tempo disponível para a recolha da informação, pareceu ser mais viável o recurso a um inquérito *online*, com a utilização da plataforma Qualtrics, ainda que correndo o risco de não “controlar” a forma como eram dadas as respostas. No entanto esta foi a opção mais adequada uma vez que não teve custos associados, não implicou a presença do entrevistador, permitiu a divulgação e a recolha de forma mais célere. Teve ainda a vantagem de recolher os dados num formato compatível com o software de tratamento estatístico que, no caso do presente estudo, foi o SPSS.

Solicitámos a colaboração de associações socioprofissionais, nomeadamente a Associação dos Profissionais de Serviço Social na divulgação do inquérito, assim como aos próprios assistentes sociais, para que divulgassem através das suas redes pessoais de contacto, contribuindo para a recolha em "bola de neve".

### **8.1.2. O instrumento de recolha – inquérito por questionário**

O questionário destinava-se a assistentes sociais e pretendia dar conta do seu envolvimento em atividades dirigidas à influência nas políticas sociais. O objetivo era o de aferir qual o nível de envolvimento dos assistentes sociais portugueses e se se observava uma descontinuidade entre a “profissão” e a “profissionalidade”, à semelhança do que se verificou noutros países. (Weiss-Gal & Gal, 2013, p. 8)

Este inquérito adaptou para o contexto português outros inquéritos e teve como fio condutor, por um lado, beneficiar do trabalho consolidado sobre esta matéria e, por outro conferir-lhe algum grau de comparabilidade com outros estudos.

As referências fundamentais foram os trabalhos de Gewirtz-Meydan, Weiss-Gal e Gal (2016) e Ritter (2008), ambos inspirando-se no trabalho da equipa de Sidney Verba (1995), tendo como pano de fundo o modelo de análise do envolvimento em *policy practice* (PPE) desenvolvido por John Gal e Idit Weiss-Gal (2015).

Recorreu-se ainda ao “European Social Survey” (ESS)<sup>17</sup> que abrange algumas das variáveis que pretendíamos tratar, com a vantagem de serem perguntas já devidamente testadas na língua portuguesa. Consideramos que esta opção ajudou a ultrapassar o constrangimento de estar a adaptar perguntas formuladas noutra língua.

O inquérito era composto por diferentes tipos de questões.<sup>18</sup> Três questões dirigidas à dimensão do contexto sociopolítico, cinco questões sobre o contexto organizacional, cinco questões sobre o contexto da profissão, 23 questões sobre as características individuais (em que se incluíam as características sociodemográficas).<sup>19</sup>

---

<sup>17</sup> [http://www.europeansocialsurvey.org/about/country/portugal/ess\\_portugal.html](http://www.europeansocialsurvey.org/about/country/portugal/ess_portugal.html)

[http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round7/fieldwork/portugal/ESS7\\_questionnaires\\_PT.pdf](http://www.europeansocialsurvey.org/docs/round7/fieldwork/portugal/ESS7_questionnaires_PT.pdf)

<sup>18</sup> No Apêndice A reproduzem-se as perguntas do inquérito

<sup>19</sup> Apresentamos, no Apêndice C, a referência das perguntas que procuraram dar conta de cada um dos quadrantes do modelo de análise.

## 9. Apresentação de resultados

A exploração dos dados que apresentamos contém dois níveis de análise. Um primeiro nível, preocupa-se em descrever a população inquirida apresentando a caracterização sociodemográfica e profissional dos inquiridos, apurando o nível de envolvimento em atividades de *policy practice* e analisando as respostas a cada uma das variáveis que considerámos no nosso modelo de análise.

Num segundo nível, procurar-se-á explicar as relações entre as variáveis. Tomando como variável dependente o envolvimento em *policy practice*, procurar-se-á perceber quais as variáveis independentes que mais contribuem para explicar um maior ou menor envolvimento em *policy practice*.

### 9.1. Caracterização sociodemográfica

#### 9.1.1. Contabilização de respostas

Considerando a variável “progresso”, extraída da plataforma de recolha dos dados, ordenaram-se os dados por ordem decrescente de progresso, para verificar quais as respostas que poderiam ser consideradas válidas. Foram contabilizadas 447 respostas no inquérito, das quais apenas foram consideradas válidas 265 (59%). As restantes respostas não foram consideradas ou porque os respondentes não responderam a quaisquer perguntas ou porque, tendo respondido a algumas, não responderam a todas as perguntas consideradas obrigatórias. Todas as questões até à 23ª pergunta eram de resposta obrigatória (55% de preenchimento), e não era possível prosseguir o preenchimento no caso de não resposta a essas questões. Assim, foram excluídos todos os casos de respondentes que deixaram de responder antes da 24ª questão.

Esta taxa de não respostas (41%) é muito elevada e é uma das desvantagens do inquérito online, em especial divulgado com uma ligação anónima pois com esta forma de recolha de dados, não se conhece quem são os respondentes, nem há forma de aferir se têm interesse em responder.

As opções de registo de respostas na plataforma também deverão ser melhoradas em inquéritos futuros. Foram contabilizadas respostas pela plataforma de inquéritos que não foram respondidos, foram apenas iniciados, porque não foi acautelado esse risco obrigando assim a anular posteriormente respostas que poderiam ter sido anuladas automaticamente.

### 9.1.2. Caracterização sociodemográfica

No que diz respeito à distribuição por género, a maioria dos respondentes (92,7%) afirma ser do género feminino.

*Tabela 1 – Distribuição por género*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Feminino	243	91,7	92,7	92,7
	Masculino	19	7,2	7,3	100,0
	Total	262	98,9	100,0	
Omisso	Sistema	3	1,1		
Total		265	100,0		

Apesar de não dispormos de uma base de recenseamento, esta distribuição confirma a elevada feminização da profissão de assistente social já apontada anteriormente, com base na taxa de feminização dos diplomados (p.20).

As idades dos respondentes variam entre os 22 anos e os 71 anos de idade, situando-se a média de idades nos 41,8 anos.



*Tabela 2 – Idade*

**Estatísticas**

**Idade**

N	Válido	258
	Omisso	7
Média		41,77
Desvio Padrão		10,963
Mínimo		22
Máximo		71

Considerando a distribuição por escalões etários, é no escalão entre os 36 e os 45 anos que se concentra o maior número de respostas, como se pode observar na Tabela 2. Verifica-se que 65,9% dos respondentes têm até 45 anos e que 88% têm até 55 anos. Podemos considerar que os profissionais que responderam a este inquérito ainda estarão muitos anos no exercício da sua profissão.

*Tabela 3 – Distribuição por escalões etários*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Até 25 anos	21	7,9	8,1	8,1
	De 26 a 35 anos	57	21,5	22,1	30,2
	De 36 a 45 anos	92	34,7	35,7	65,9
	De 46 a 55 anos	57	21,5	22,1	88,0
	De 56 a 65 anos	26	9,8	10,1	98,1
	Mais de 66 anos	5	1,9	1,9	100,0
	Total	258	97,4	100,0	
Omisso	Sistema	7	2,6		
Total		265	100,0		

A partir dos dados do questionário (concelho de residência/concelho de trabalho), procedeu-se à distribuição das respostas por distritos e regiões autónomas, cujos resultados se observam na Tabela 4.

*Tabela 4 – Distribuição geográfica por distritos/regiões*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Açores	7	2,6	2,8	2,8
	Aveiro	6	2,3	2,4	5,2
	Beja	13	4,9	5,2	10,4
	Braga	16	6,0	6,4	16,8
	Castelo Branco	2	,8	,8	17,6
	Coimbra	14	5,3	5,6	23,2
	Évora	8	3,0	3,2	26,4
	Faro	7	2,6	2,8	29,2
	Guarda	5	1,9	2,0	31,2
	Leiria	16	6,0	6,4	37,6
	Lisboa	98	37,0	39,2	76,8
	Madeira	3	1,1	1,2	78,0
	Portalegre	1	,4	,4	78,4
	Porto	23	8,7	9,2	87,6
	Santarém	10	3,8	4,0	91,6
	Setúbal	13	4,9	5,2	96,8
	Viana do Castelo	5	1,9	2,0	98,8
	Vila Real	2	,8	,8	99,6
	Viseu	1	,4	,4	100,0
	Total	250	94,3	100,0	
Omisso	0	15	5,7		
Total		265	100,0		

As respostas obtidas distribuem-se por 17 dos 18 distritos do continente e pelas regiões autónomas, com peso mais significativo para o distrito de Lisboa (39%), como se pode verificar nos dados da Tabela 4.

Registamos como positivo o facto de ter sido possível mobilizar respondentes de todos os distritos e regiões, com exceção de Bragança.

No que diz respeito às habilitações académicas, como se pode verificar na Tabela 5, a licenciatura é a habilitação académica que concentra o maior número de respostas (cerca de 48%). Não deixa de ser significativo, no entanto, o valor de 51% dos respondentes que são titulares de formações académicas pós-licenciatura, consideradas no seu conjunto (pós-graduação, mestrado e doutoramento).

*Tabela 5 – Distribuição por habilitações académicas*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Licenciatura	124	46,8	48,1	48,1
	Pós-Graduação	56	21,1	21,7	69,8
	Mestrado	61	23,0	23,6	93,4
	Doutoramento	15	5,7	5,8	99,2
	Outra	2	,8	,8	100,0
	Total	258	97,4	100,0	
Omisso	Sistema	7	2,6		
Total		265	100,0		

A preocupação com o desenvolvimento profissional apresenta deste modo uma expressão significativa. Neste sentido, e no âmbito do propósito subjacente ao presente estudo, incorporar nos currículos académicos de formação pós-graduada conteúdos relacionados com a capacidade de influenciar as políticas sociais pode ser uma via de incrementar esta prática profissional. Não se perguntou, no entanto, qual a área da formação avançada, para aferir se os profissionais frequentaram oferta formativa da área do Serviço Social.

Quanto à formação inicial, questionou-se se a formação base era em Serviço Social, em Política Social pelo ISCSP ou em trabalho social pela UTAD.<sup>20</sup>

Os dados são apresentados na Tabela 6, denotando que a larga maioria dos respondentes (95,3%) se licenciou em Serviço Social.

*Tabela 6 – Formação base*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Licenciatura em Serviço Social	244	92,1	95,3	95,3
	Licenciatura em Política Social pelo ISCSP	12	4,5	4,7	100,0
	Total	256	96,6	100,0	
Omisso	Sistema	9	3,4		
Total		265	100,0		

Os respondentes declaram auferir um salário médio aproximado de 1429,12 euros.

*Tabela 7 – Rendimento aproximado*

rendimento aproximado		
N	Válido	232
	Omisso	33
Média		1429,12
Desvio Padrão		641,530

<sup>20</sup> A consideração destas duas últimas licenciaturas resulta de terem sido consideradas licenciaturas em Serviço Social, no quadro do processo de adequação ao Processo de Bolonha.

Considerando a distribuição por escalões de rendimento (Tabela 8) verifica-se que 68.6% dos respondentes ganham até 1500 euros, sendo que 7,8% ganham menos de 750 euros e apenas 12,4% ganham acima dos 2000 euros. É no escalão entre os 751 euros e os 1500 euros que se concentra a maioria das respostas (60,8%).

Regista-se um número muito significativo de não respostas (atendendo ao teor da questão, a resposta não era de carácter obrigatório). Comparando com as respostas a outras perguntas de caracterização, é nesta que se verifica um maior número de casos omissos (33).

*Tabela 8 – Escalões de rendimento*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Até 750 euros	18	6,8	7,8	7,8
	De 751 a 1500 euros	141	53,2	60,8	68,5
	De 1501 a 2000 euros	44	16,6	19,0	87,5
	De 2001 a 2500 euros	17	6,4	7,3	94,8
	De 2501 a 3000 euros	8	3,0	3,4	98,3
	Mais de 3000 euros	4	1,5	1,7	100,0
	Total	232	87,5	100,0	
Omisso	Sistema	33	12,5		
Total		265	100,0		

Verifica-se ainda que os escalões de rendimento mais baixos concentram sobretudo trabalhadores das instituições do setor social (Tabela 9). É na Administração Pública e na categoria “outros” que se registam os rendimentos mais elevados. Nos escalões acima de 2500 euros não há respostas de profissionais do setor social.

*Tabela 9 – Relação entre o rendimento e o tipo de organização*

			Instituição do Setor Social	Administração Pública Local	Administração Pública Central	Empresa privada	Outra	
escalões de rendimento	Até 750 euros	Contagem	12	3	0	2	1	18
		% escalões rendimento	66,7%	16,7%	0,0%	11,1%	5,6%	100,0%
		% do Total	5,2%	1,3%	0,0%	0,9%	0,4%	7,8%
	751 a 1500 euros	Contagem	66	22	38	5	10	141
		% escalões rendimento	46,8%	15,6%	27,0%	3,5%	7,1%	100,0%
		% do Total	28,4%	9,5%	16,4%	2,2%	4,3%	60,8%
	1501 a 2000 euros	Contagem	6	7	25	0	6	44
		% escalões rendimento	13,6%	15,9%	56,8%	0,0%	13,6%	100,0%
		% do Total	2,6%	3,0%	10,8%	0,0%	2,6%	19,0%
	2001 a 2500 euros	Contagem	0	6	7	0	4	17
		% escalões rendimento	0,0%	35,3%	41,2%	0,0%	23,5%	100,0%
		% do Total	0,0%	2,6%	3,0%	0,0%	1,7%	7,3%
	2501 a 3000 euros	Contagem	0	1	3	0	4	8
		% escalões rendimento	0,0%	12,5%	37,5%	0,0%	50,0%	100,0%
		% do Total	0,0%	0,4%	1,3%	0,0%	1,7%	3,4%
	Mais de 3000 euros	Contagem	0	0	2	0	2	4
		% escalões rendimento	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	50,0%	100,0%
		% do Total	0,0%	0,0%	0,9%	0,0%	0,9%	1,7%
Total		Contagem	84	39	75	7	27	232
		% escalões rendimento	36,2%	16,8%	32,3%	3,0%	11,6%	100,0%
		% do Total	36,2%	16,8%	32,3%	3,0%	11,6%	100,0%

### 9.1.3. Envolvimento em Policy Practice

O nível de envolvimento em *policy practice* dos assistentes sociais em Portugal, isto é, até que ponto se envolvem em atividades visando influenciar as políticas sociais, corresponde à questão central desta investigação. Importa assim perceber qual o nível de envolvimento dos Assistentes Sociais neste tipo de atividades e, de entre estas, quais as que registam um maior peso nesta componente da prática profissional.

No questionário, o envolvimento em *policy practice* foi medido com recurso a um conjunto de 15 itens que descreviam atividades, aos quais os respondentes assinalavam “Sim” ou “Não”. Estes itens foram desenvolvidos com base na adaptação dos trabalhos de Verba (Verba, Schlozman, & Brady, Voice and equality: Civic Voluntarism in american politics, 1995), Ritter (Ritter, 2008), (Figueira-McDonough, 1993) e (Gewirtz-Meydan, Weiss-Gal, & Gal, 2016). As questões versavam ações de contacto com responsáveis políticos para expor opiniões ou solicitar o apoio a determinada posição, o recurso a *media* ou figuras públicas para chamar a atenção para determinada questão, a participação em reuniões institucionais, o envolvimento de colegas, o envolvimento de utentes ou a participação em ações de protesto.

Calculou-se o alfa de Cronbach para medir a consistência da variável, isto é, determinar até que ponto os 15 itens selecionados mediam efetivamente o envolvimento em *policy practice*. O valor obtido é de 0.75, que se pode considerar bom, o que não se altera significativamente quando se procede à eliminação de quaisquer itens.

Assim, se uma atividade apresentar muitas respostas afirmativas, podemos considerar que é uma atividade frequente. Não podemos, no entanto, afirmar que os respondentes revelam um elevado nível de envolvimento. Se os respondentes se envolvem apenas numa ou duas atividades, deixando de fora as outras, então estarão pouco envolvidos. Dada a natureza desta variável, para se apurar o envolvimento de cada respondente é necessário considerar o conjunto das questões que lhe estão associadas.

Para determinar o nível de envolvimento em *policy practice*, criou-se uma variável de escala adicionando as respostas “sim” dos vários itens, e dividindo pelo número de itens (15) que compõem a escala. Chegou-se a uma pontuação para cada respondente, com valor entre zero e um. Zero correspondendo ao nível mais baixo de envolvimento (não responde “sim” a nenhuma das 15 questões), um ao nível mais elevado (responde “sim” a todas as questões). Assim, quanto mais alta a pontuação, maior o nível de envolvimento do respondente. O nível médio de envolvimento encontrado foi de 0.47, revelando um baixo envolvimento em atividades de *policy practice* por parte dos assistentes sociais inquiridos (Tabela 10).

*Tabela 10 – Escala de envolvimento em policy practice*

Estatísticas - EPP		
N	Válido	265
	Omisso	0
Média		,4732
Desvio Padrão		,20652
Assimetria		-,024
Erro padrão da assimetria		,150
Curtose		-,508
Erro Padrão da Curtose		,298
Amplitude		1,00

#### **9.1.4. As atividades que revelam maior envolvimento**

Procedeu-se à análise da distribuição dos valores de cada uma das respostas aos 15 itens incluídos. Da análise das respostas “sim” apurou-se quais as atividades que apresentam um maior nível de envolvimento, isto é, quanto mais respostas afirmativas se registarem para uma determinada atividade, maior a sua importância no conjunto das atividades de *policy practice*.

Pela leitura da Tabela 11 e do Gráfico 1, verificamos que, das 15 atividades de *policy practice*, apenas 6 têm mais respostas afirmativas do que negativas. Tal significa que a



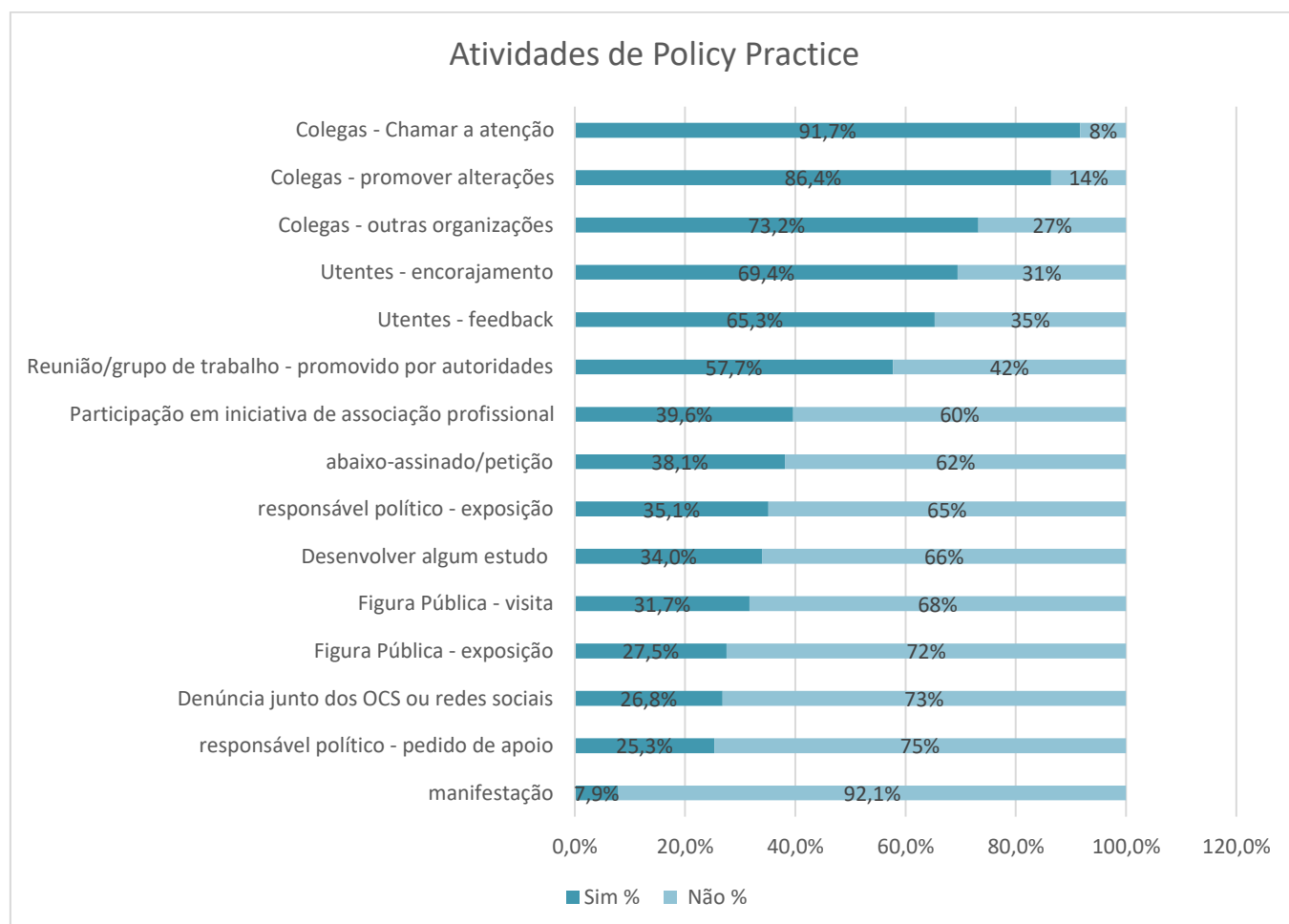
maioria das atividades consideradas não faz parte da prática profissional da maioria dos respondentes.

*Tabela 11 – Envolvimento em Atividades de Policy Practice*

<b>Atividades de policy practice</b>	<b>Sim #</b>	<b>Sim %</b>	<b>Não #</b>	<b>Não %</b>	<b>Total</b>
chamar a atenção dos colegas para limitação(ões) ou problema(s) com uma medida de política social	243	91,7%	22	8,3%	265
Analisou e discutiu com os colegas um problema ou política social que afeta os utentes com quem trabalham e formas de defender a necessidade de promover as necessárias alterações?	229	86,4%	36	13,6%	265
Contactou colegas de outras organizações para discutir um determinado problema ou política social que afeta os utentes?	194	73,2%	71	26,8%	265
Encorajou os utentes a agir de modo a promoverem alterações nas políticas sociais que os afetam?	184	69,4%	81	30,6%	265
Solicitou o feedback dos utentes no que diz respeito ao trabalho da sua organização e a sugestões de melhoria?	173	65,3%	92	34,7%	265
Participou nalguma reunião ou grupo de trabalho promovido pelas autoridades locais para discutir problemas sociais e medidas de política social?	153	57,7%	112	42,3%	265
Participou nalguma iniciativa de uma associação profissional em torno de problemas ou políticas sociais?	105	39,6%	160	60,4%	265
Assinou um abaixo-assinado ou uma petição sobre limitações ou pedidos de alteração de medidas de política social?	101	38,1%	164	61,9%	265
contacto com político para expor efeitos de políticas	93	35,1%	172	64,9%	265
Desenvolveu algum estudo sobre os problemas ou necessidades da comunidade, ou sobre os programas e políticas, no sentido de aumentar a perceção sobre um determinado problema e a necessidade de alterar as políticas sociais?	90	34,0%	175	66,0%	265
Convite a figura pública para visita a comunidade ou organização	84	31,7%	181	68,3%	265
contacto com figura pública para expor problemas	73	27,5%	192	72,5%	265
Denúncia junto dos OCS ou redes sociais	71	26,8%	194	73,2%	265
contacto com político para apoio em posição sobre política	67	25,3%	198	74,7%	265
Participou numa manifestação sobre medidas de política social?	21	7,9%	244	92,1%	265

Pudemos assim constatar que as atividades visando a influência das políticas sociais em que os respondentes mais se envolvem são as atividades que implicam o relacionamento com outros colegas Assistentes Sociais. Por contraste, a participação em manifestações, atividade mais associada a atividades de protesto, é a que envolve menos respondentes, seguida das atividades que envolvem contacto com decisores políticos, figuras públicas ou meios de comunicação social.

*Gráfico 1 –atividades de policy practice por ordem decrescente de envolvimento*



### **9.1.5. Contexto Sociopolítico**

No que diz respeito ao contexto sociopolítico, mais do que caracterizá-lo, procurou-se avaliar em que medida os Assistentes Sociais se identificam com o quadro político-institucional em que estão inseridos, como caracterizam o sistema de bem-estar e como se posicionam quanto aos níveis de bem-estar da população portuguesa.

### **9.1.6. Quadro político-institucional**

O quadro político-institucional reporta-se ao processo de produção de políticas. No caso do presente questionário, foi perguntado se os Assistentes Sociais confiam nas diferentes instituições envolvidas no processo de produção de políticas para responderem aos problemas sociais com que os profissionais se deparam.

Os dados da Tabela 12 evidenciam que as instituições com maior relevância para desencadear o processo legislativo (Assembleia da República, Governo e Partidos Políticos), são as que registam menores níveis de confiança. As instituições do setor social registam maiores níveis de confiança na resolução dos problemas (56% confiam bastante ou totalmente), seguidas das outras instituições da sociedade civil (associações de promoção de direitos, movimentos de cidadãos, movimentos de utentes), que registam 43,8% das respostas nas categorias de “bastante” ou “toda a confiança”. Estes resultados parecem indicar que os respondentes consideram que as instituições políticas não têm capacidade de resolução dos problemas sociais, o que poderá ser revelador de uma desconexão destes profissionais do sistema político.

*Tabela 12 – Confiança nas instituições*

		Contagem	% N total da coluna
Assembleia da República	Nenhuma confiança	39	14,7%
	Pouca Confiança	91	34,3%
	Alguma Confiança	106	40,0%
	Bastante confiança	26	9,8%
	Toda a confiança	3	1,1%
	Total	265	100,0%
Governo	Nenhuma confiança	39	14,7%
	Pouca Confiança	89	33,6%
	Alguma Confiança	102	38,5%
	Bastante confiança	31	11,7%
	Toda a confiança	4	1,5%
	Total	265	100,0%
Câmara Municipal	Nenhuma confiança	11	4,2%
	Pouca Confiança	48	18,1%
	Alguma Confiança	138	52,1%
	Bastante confiança	63	23,8%
	Toda a confiança	5	1,9%
	Total	265	100,0%
Partidos Políticos	Nenhuma confiança	66	24,9%
	Pouca Confiança	107	40,4%
	Alguma Confiança	80	30,2%
	Bastante confiança	12	4,5%
	Toda a confiança	0	0,0%
	Total	265	100,0%
União Europeia	Nenhuma confiança	34	12,8%
	Pouca Confiança	64	24,2%
	Alguma Confiança	125	47,2%
	Bastante confiança	32	12,1%
	Toda a confiança	10	3,8%
	Total	265	100,0%
Instituições e serviços do Setor Social (IPSS, Misericórdias, Mutualidades)	Nenhuma confiança	7	2,6%
	Pouca Confiança	25	9,4%
	Alguma Confiança	111	41,9%
	Bastante confiança	110	41,5%
	Toda a confiança	12	4,5%
	Total	265	100,0%
Outras instituições da sociedade civil (associações de promoção de direitos, movimentos de cidadãos, movimentos de utentes)	Nenhuma confiança	4	1,5%
	Pouca Confiança	21	7,9%
	Alguma Confiança	124	46,8%
	Bastante confiança	99	37,4%
	Toda a confiança	17	6,4%
	Total	265	100,0%

As sete questões da variável confiança foram transformadas numa escala, de modo a podermos perceber qual a confiança de cada respondente nas instituições políticas. A escala revelou-se consistente (alfa de Cronbach de 0,77). O nível médio de confiança situa-se no

valor de 2,8. Atendendo à variação da escala, de “nenhuma confiança” (1) a “toda a confiança” (5), consideramos que o nível de confiança nas instituições é baixo.

Não é possível transpor a leitura de que a falta de confiança nas instituições com poder legislativo desvia os assistentes sociais de procurarem influenciar a produção das políticas, mas aquela poderá indiciar que, não confiando nas instituições, esta via de atividade de *policy practice*, é pouco explorada. Os dados sobre as atividades de *policy practice* (Gráfico 1) confirmam que o contacto com representantes políticos ou instituições políticas é das atividades com menor expressão nas práticas profissionais.

### 9.1.7. Características do sistema de bem-estar

A maioria dos respondentes (94%) concorda que as desigualdades sociais são um problema grave em Portugal, 82% consideram que as respostas sociais não são adequadas para os problemas sociais e 86,8% consideram que os níveis de proteção social não são suficientes para que todos os cidadãos vivam com dignidade.

*Tabela 13 - Posicionamento quanto às características do sistema de bem-estar*

		Contagem	% de N válida da coluna
As desigualdades sociais são um problema grave em Portugal	Discordo totalmente	0	0,0%
	Discordo	5	1,9%
	Não concordo nem discordo	11	4,2%
	Concordo	116	43,8%
	Concordo totalmente	133	50,2%
	Total	265	100,0%
As medidas e respostas sociais existentes são adequadas para os problemas sociais que	Discordo totalmente	38	14,3%
	Discordo	181	68,3%
	Não concordo nem discordo	23	8,7%
	Concordo	17	6,4%

afetam a população portuguesa	Concordo totalmente	6	2,3%
	Total	265	100,0%
Os níveis de proteção social permitem a qualquer cidadão viver com dignidade	Discordo totalmente	78	29,4%
	Discordo	152	57,4%
	Não concordo nem discordo	22	8,3%
	Concordo	11	4,2%
	Concordo totalmente	2	0,8%
	Total	265	100,0%
Se os assistentes sociais fossem chamados a participar no processo de elaboração das políticas sociais, estas poderiam ser melhoradas	Discordo totalmente	2	0,8%
	Discordo	3	1,1%
	Não concordo nem discordo	5	1,9%
	Concordo	92	34,7%
	Concordo totalmente	163	61,5%
	Total	265	100,0%

Os profissionais inquiridos expressam também, de modo significativo (76,2%), que estão insatisfeitos quanto às políticas sociais. Há um conjunto de profissionais que não se posicionam sobre esta matéria (nem insatisfeito, nem satisfeito – 15,8%) e apenas 7,9% se mostram satisfeitos, como se pode verificar na Tabela 14.

*Tabela 14 – Grau de satisfação com a qualidade das políticas sociais*

		Frequência	percentagem	percentagem válida	percentagem cumulativa
Válido	Extremamente insatisfeito(a)	32	12,1	12,1	12,1
	Insatisfeito(a)	170	64,2	64,2	76,2
	Nem insatisfeito(a) nem satisfeito(a)	42	15,8	15,8	92,1
	Satisfeito(a)	21	7,9	7,9	100,0
	Total	265	100,0	100,0	

De um modo geral, os profissionais não estão satisfeitos com a qualidade das respostas que é dada aos problemas sociais. A sua visão quanto à justiça social e à qualidade das políticas sociais não é acrítica. Importa assim perceber de que forma se posicionam quanto ao papel que poderão ter para melhorar a eficácia das respostas aos problemas.

## **9.2. Contexto organizacional**

O contexto organizacional poderá dar-nos indicações acerca da autonomia dos profissionais para atuarem no sentido de influenciar as políticas públicas e sociais. Um profissional com um vínculo precário, que trabalhe numa organização com uma cultura mais burocrática ou que exerça funções enquadrado em procedimentos muito rígidos terá, hipoteticamente, menos capacidade de se envolver em atividades que procurem influenciar as políticas sociais.

### **9.2.1. Tipo de Funções**

Os Assistentes Sociais desempenham diferentes funções em simultâneo. Na Tabela 15 podemos verificar que o atendimento a utentes é a função que ocupa maior número de respondentes, ao passo que as funções mais associadas à gestão de políticas são menos frequentes. A resposta “outras” absorve um número significativo de respostas, ficando por clarificar a que tipo de funções poderá corresponder.

O tipo de funções mais diretamente ligado ao processo de produção das políticas é aquele que ocupa menos profissionais de entre os inquiridos. O número reduzido de profissionais com funções diretamente ligadas aos decisores políticos (9.1%) confirma que os profissionais do Serviço Social são mais chamados a executar e implementar políticas do que a produzi-las.

Tabela 15 – Principais funções desempenhadas

Funções <sup>a</sup>		Respostas		percentagem de casos
		N	percentagem	
	Atendimento e acompanhamento de utentes	195	40,6%	73,9%
	Coordenação de Projetos/Programas	90	18,8%	34,1%
	Coordenação Técnica de Equipamentos Sociais	42	8,8%	15,9%
	Administração/Gestão de uma organização	31	6,5%	11,7%
	Apoio a decisores políticos no âmbito da política social (assessoria, gabinetes de apoio)	24	5,0%	9,1%
	Outras	98	20,4%	37,1%
Total		480	100,0%	181,8%

a. Grupo de dicotomia tabulado no valor 1.

Se tivermos em conta que os profissionais também estão, na sua maioria, insatisfeitos com a qualidade das respostas aos problemas sociais (Tabela 14) o alargamento da sua influência em matéria de Política Social poderá, eventualmente, permitir a criação de respostas que sejam mais satisfatórias para os profissionais.

### 9.2.2. Tipo de organização

As culturas e os objetivos das diferentes organizações poderão também influenciar a margem de liberdade para o envolvimento em atividades de *policy practice*. Os respondentes distribuem-se por diferentes tipos de organização, de acordo com o demonstrado na Tabela 16.



Tabela 16 – Tipo de organização

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Instituição do Setor Social (ex: IPSS, Misericórdia)	89	33,6	33,7	33,7
	Administração Pública Local (serviços da câmara municipal ou junta de freguesia)	44	16,6	16,7	50,4
	Administração Pública Central (ex: segurança social, serviço nacional de saúde, escola)	81	30,6	30,7	81,1
	Empresa privada	9	3,4	3,4	84,5
	Outra	41	15,5	15,5	100,0
	Total	264	99,6	100,0	
Omisso	Sistema	1	,4		
Total		265	100,0		

A Administração Pública agrega 47,4% das respostas (30,6% na Administração Pública central, e 16,6% na Administração Pública local). As instituições do setor social abrangem 33,7% dos inquiridos. Embora não tenhamos dados sobre o universo dos assistentes sociais em Portugal, nem tenhamos uma amostra representativa e passível de estratificação, as estimativas apontam para que o principal empregador dos Assistentes Sociais seja o setor social, o que, de alguma forma, surge refletido nestes dados. A categoria “outra” surge aqui com um peso muito significativo, mas não sendo possível especificar o que pode ser entendido como “outras” no contexto organizacional, assumimos que estas respostas poderão ter absorvido opções de quem preferia não responder.

Seria também de esperar que o nível de envolvimento em atividades de *policy practice* variasse consoante o enquadramento organizacional, no entanto, observando a variação nos

níveis de envolvimento em *policy practice* em função do tipo de instituição verificamos que não há alterações significativas<sup>21</sup>.

### 9.2.3. Vínculo laboral

O tipo de contrato que os profissionais têm com a organização em que exercem as suas funções foi outro dos aspetos que se pretendeu conhecer.

*Tabela 17 – Vínculo laboral*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Sem termo (efetivo)	178	67,2	67,9	67,9
	A termo	39	14,7	14,9	82,8
	Estágio	8	3,0	3,1	85,9
	Outro	37	14,0	14,1	100,0
	Total	262	98,9	100,0	
Omisso	Sistema	3	1,1		
Total		265	100,0		

Conforme mostra a Tabela 17, cerca de 68% dos respondentes têm um vínculo efetivo com a organização em que trabalham. Regista-se, no entanto, um peso significativo da categoria “outro” que não nos permite afirmar se se tratam de situações de precariedade laboral, atendendo a que não foi pedido para especificar a situação.

<sup>21</sup> O cruzamento destas variáveis fez-se recorrendo a uma tabulação cruzada entre o tipo de instituição e o nível de envolvimento. Para esta análise o nível de envolvimento foi recodificado, isto é, todos os valores abaixo de 0.5 assumiam o valor 1, e todos os valores a partir de 0.5 assumiam o valor de 2. Desta forma dividiu-se o nível de envolvimento em duas categorias, facilitando perceber o menor envolvimento (valor 1) e o maior envolvimento (valor 2). Ao cruzar com o tipo de instituição verificou-se que a diferença entre grupos não era significativa.

*Tabela 18 - Cruzamento das variáveis tipo de organização e vínculo laboral*

			Qual o tipo de contrato de trabalho que tem com a organização em que trabalha?				
			Sem termo (efetivo)	A termo	Estágio	Outro	Total
Em que tipo de organização exerce atualmente as suas funções de assistente social?	Instituição do Setor Social	Contagem	54	25	5	5	89
		% em tipo de organização	60,7%	28,1%	5,6%	5,6%	100,0%
		% em tipo de contrato de trabalho	30,3%	64,1%	62,5%	13,5%	34,0%
	Administração Pública Local	Contagem	35	0	2	5	42
		% em tipo de organização	83,3%	0,0%	4,8%	11,9%	100,0%
		% em tipo de contrato de trabalho	19,7%	0,0%	25,0%	13,5%	16,0%
	Administração Pública Central	Contagem	70	5	0	6	81
		% em tipo de organização	86,4%	6,2%	0,0%	7,4%	100,0%
		% em tipo de contrato de trabalho	39,3%	12,8%	0,0%	16,2%	30,9%
	Empresa privada	Contagem	4	4	0	1	9
		% em tipo de organização	44,4%	44,4%	0,0%	11,1%	100,0%
		% em tipo de contrato de trabalho	2,2%	10,3%	0,0%	2,7%	3,4%
	Outra	Contagem	15	5	1	20	41
		% em tipo de organização	36,6%	12,2%	2,4%	48,8%	100,0%
		% em tipo de contrato de trabalho	8,4%	12,8%	12,5%	54,1%	15,6%
Total	Contagem	178	39	8	37	262	
	% em tipo de organização	67,9%	14,9%	3,1%	14,1%	100,0%	
	% em tipo de contrato de trabalho	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

O vínculo laboral efetivo é maioritário quer nas instituições do setor social, quer na Administração Pública. Uma vez mais as categorias “outro” apresentam valores significativos. Com efeito, 48% dos respondentes que afirmam trabalhar numa organização de “outro” tipo afirmam também ter um “outro” tipo de vínculo laboral. Em trabalhos futuros, dever-se-á solicitar aos respondentes que explicitem a categoria “outros”.

### **9.3. Contexto da Profissão**

#### **9.3.1. Redes Profissionais**

A participação em associações profissionais ou grupos de discussão, e o interesse em publicações e produção científica/académica respeitantes ao serviço social, podem denotar se a pertença a redes profissionais é mais forte ou mais fraca. A pertença a redes pode funcionar não só como fator de motivação para o envolvimento em atividades de *policy practice*, como via (*proxy*) para o desenvolvimento de atividades de influência da política social.

47,5% dos inquiridos são membros de uma associação profissional. A taxa de associação dos profissionais na APSS<sup>22</sup>, a associação mais representativa destes profissionais, é de 16,1%, significativamente mais baixa do que a percentagem revelada pelos dados do inquérito. Este valor poderá ser explicado pelo facto de a Associação dos Profissionais do Serviço Social ter sido um dos veículos de divulgação da ligação para o preenchimento do questionário.

---

<sup>22</sup> De acordo com a informação disponibilizada pela APSS o número de associados é de 3322, dos quais 1366 são sócios ativos. Calculou-se a taxa de associação considerando 3322 associados e o número total de licenciados 20609 apurado com base nas estatísticas dos licenciados da Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC)

Tabela 19 – Ligação à profissão

		Contagem	% de N válida da coluna
É membro de alguma associação profissional (ex: Associação dos Profissionais do Serviço Social)?	Sim	126	47,5%
	Não	139	52,5%
Participa em grupos de discussão (presenciais ou online), com outros assistentes sociais, sobre problemas sociais, políticas sociais ou questões profissionais?	Sim	130	49,1%
	Não	135	50,9%
Acompanha regularmente revistas ou outras publicações e/ou investigações académicas em Serviço Social?	Sim	196	74,0%
	Não	69	26,0%

Verifica-se que 49,1% os inquiridos participam em grupos de discussão acerca de problemas e políticas sociais e questões profissionais, mas é no acompanhamento de investigações ou publicações académicas que se nota a maior ligação à profissão.

A participação em iniciativas de uma associação profissional é uma das atividades de *policy practice* na qual 39,6% dos respondentes afirmaram ter participado nos doze meses anteriores (Tabela 11).

Verifica-se que uma percentagem significativa dos respondentes, apesar de não ser membro de nenhuma associação profissional, afirma ter participado em iniciativas de uma associação profissional em torno de problemas ou políticas sociais (28,8%), o que poderá ser explicado

pelo efeito de “rede de recrutamento”, isto é, que estas associações poderão servir de ponto de contacto e de mobilização dos profissionais.

*Tabela 20 – Relação entre a qualidade de membro de associação profissional e a participação em iniciativas de uma associação profissional*

			É membro de alguma associação profissional (ex: Associação dos Profissionais do Serviço Social)?		Total
			Sim	Não	
Participou nalguma iniciativa de uma associação profissional em torno de problemas ou políticas sociais?	Sim	Contagem	65	40	105
		% em É membro de alguma associação profissional	51,6%	28,8%	39,6%
		% do Total	24,5%	15,1%	39,6%
	Não	Contagem	61	99	160
		% em É membro de alguma associação profissional	48,4%	71,2%	60,4%
		% do Total	23,0%	37,4%	60,4%
Total	Contagem		126	139	265
	% em É membro de alguma associação		100,0%	100,0%	100,0%
	% do Total		47,5%	52,5%	100,0%

### 9.3.2. Regulação Profissional

A profissão de assistente social em Portugal não está regulada. Apesar de 52,5% dos inquiridos não serem membros de uma associação profissional, quando questionados se consideram importante que os assistentes sociais se organizem como grupo profissional (por exemplo em associações profissionais), 61.1% consideram extremamente importante e 30,2% consideram bastante importante. No seu conjunto, 91,3% consideram que é

importante que os assistentes sociais se constituam como grupo profissional, como se pode observar na Tabela 21.

*Tabela 21 – Importância da organização do grupo profissional*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada importante	2	,8	,8	,8
	Pouco importante	4	1,5	1,5	2,3
	Alguma importância	17	6,4	6,4	8,7
	Bastante importante	80	30,2	30,2	38,9
	Extremamente importante	162	61,1	61,1	100,0
	Total	265	100,0	100,0	

### **9.3.3. Conteúdo e abrangência da formação académica – competências em *policy practice***

Os profissionais foram questionados acerca do conteúdo da sua formação académica, para procurar conhecer em que medida foram preparados para relacionar o Serviço Social com as políticas sociais e para desenvolverem competências em *policy practice*.

Os inquiridos revelam que se consideram melhor preparados para motivar os utentes e para relacionar o Serviço Social com a formulação de políticas sociais. Revelam maiores percentagens de “pouca” ou “nenhuma preparação” nas atividades mais diretamente relacionadas com a influência das políticas, como a influência dos responsáveis políticos ou o recurso aos órgãos de comunicação social para denúncia de problemas. Estes resultados são consistentes face ao que já tínhamos verificado acerca das atividades de *policy practice* em que os profissionais se envolvem (Gráfico 1). De facto, as atividades de contacto com responsáveis políticos ou com os *media* são as que registam menor envolvimento.

*Tabela 22 – Conteúdo e Abrangência da Formação Académica – competências em policy practice*

		Contagem	% de N válida da coluna
Relacionar o Serviço Social com a formulação de políticas sociais	Nenhuma Preparação	3	1,1%
	Pouca Preparação	28	10,6%
	Alguma preparação	83	31,3%
	Boa preparação	119	44,9%
	Excelente preparação	32	12,1%
	Total	265	100,0%
Procurar influenciar os responsáveis pela política social de diferentes formas?	Nenhuma Preparação	19	7,2%
	Pouca Preparação	64	24,2%
	Alguma preparação	94	35,5%
	Boa preparação	75	28,3%
	Excelente preparação	13	4,9%
	Total	265	100,0%
Recorrer a órgãos de comunicação social para chamar a atenção para problemas sociais	Nenhuma Preparação	55	20,8%
	Pouca Preparação	82	30,9%
	Alguma preparação	83	31,3%
	Boa preparação	39	14,7%
	Excelente preparação	6	2,3%
	Total	265	100,0%
Motivar os utentes para se envolverem em ações relacionadas com a melhoria das respostas sociais	Nenhuma Preparação	16	6,1%
	Pouca Preparação	33	12,5%
	Alguma preparação	84	31,8%
	Boa preparação	107	40,5%
	Excelente preparação	24	9,1%
	Total	264	100,0%

As competências em *policy practice* foram medidas através de quatro perguntas acerca de conteúdos da formação académica (Tabela 22), medidas de 1 (nenhuma preparação) a 5 (excelente preparação). Calculou-se uma escala com um bom nível de consistência (alfa de Cronbach com o valor de 0,829). O valor médio para o nível de competências é de 3,08 pelo



que os inquiridos se declaram possuidores de algumas competências em *policy practice* obtidas através da sua formação académica.

## 9.4. Fatores individuais

### 9.4.1. Interesse

Para avaliar o interesse que os Assistentes Sociais têm nas políticas sociais foram elaboradas várias questões versando o interesse em questões da atualidade política, os hábitos de discussão de questões de Política Social, ou a participação em movimentos cívicos, sociais ou políticos.

#### 9.4.1.1. Interesse na atualidade política

O primeiro conjunto de questões pretende dar conta do interesse nas questões políticas mais gerais, sem ser especificamente do âmbito da Política Social, quer a nível nacional, quer a nível local.

*Tabela 23 - Interesse pela atualidade política nacional*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nenhum interesse	1	,4	,4	,4
	Pouco interesse	10	3,8	3,8	4,2
	Algum interesse	61	23,0	23,0	27,2
	Bastante interesse	118	44,5	44,5	71,7
	Muito interesse	75	28,3	28,3	100,0
	Total	265	100,0	100,0	

No que diz respeito às questões da atualidade política, os respondentes revelam bastante ou muito interesse (76,6% pela atualidade política local, 72,8% atualidade política nacional).

As manifestações de pouco ou nenhum interesse apresentam valores baixos (3,8% no que diz respeito à política local e 4,2% no que diz respeito à política nacional). Podemos assim afirmar que os Assistentes Sociais declaram ter, no geral, interesse pelas questões da atualidade política.

*Tabela 24 - Interesse pelas questões da atualidade política local*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nenhum interesse	1	,4	,4	,4
	Pouco interesse	9	3,4	3,4	3,8
	Algum interesse	52	19,6	19,6	23,4
	Bastante interesse	122	46,0	46,0	69,4
	Muito interesse	81	30,6	30,6	100,0
	Total	265	100,0	100,0	

Ao contrário do que se verificou no estudo de Ritter (2008), não há diferenças significativas nas respostas no que diz respeito ao carácter local ou nacional.

#### **9.4.1.2. Discussão sobre problemas sociais e opções de política social**

Outra forma de medir o interesse é a discussão com outros indivíduos. Será de esperar que quanto maior o interesse sobre estes temas, maior o nível de discussão. Importa, no entanto, distinguir dois tipos de discussão: uma em contexto profissional, que se traduz na discussão com utentes, colegas e chefias; outra em contexto extraprofissional, que respeita à discussão com familiares e amigos.

*Tabela 25 - Frequência de discussão sobre problemas e políticas sociais*

		Contagem	% de N válida da coluna
Com familiares	Nunca	1	0,4%
	Raramente	37	14,0%
	Frequentemente	157	59,2%
	Com muita frequência	70	26,4%
	Total	265	100,0%
Com amigos	Nunca	3	1,1%
	Raramente	38	14,3%
	Frequentemente	156	58,9%
	Com muita frequência	68	25,7%
	Total	265	100,0%
Com colegas de trabalho	Nunca	1	0,4%
	Raramente	16	6,0%
	Frequentemente	132	49,8%
	Com muita frequência	116	43,8%
	Total	265	100,0%
Com superiores/chefias	Nunca	10	3,8%
	Raramente	65	24,5%
	Frequentemente	133	50,2%
	Com muita frequência	57	21,5%
	Total	265	100,0%
Com utentes	Nunca	22	8,3%
	Raramente	95	35,8%
	Frequentemente	126	47,5%
	Com muita frequência	22	8,3%
	Total	265	100,0%

Os Assistentes Sociais tendem a discutir com muita frequência sobretudo com os seus colegas de trabalho (93,6% afirmam discutir frequentemente ou muito frequentemente). É com os utentes que menos discutem este tipo de questão, seguindo-se a discussão com as chefias. Com as chefias, apesar de discutirem frequentemente ou muito frequentemente

(71,7%), 28,3% afirmam que nunca ou raramente discutem estas questões. Tal poderá indicar que há um número significativo de Assistentes Sociais que executam as tarefas que lhes são atribuídas sem as questionarem. Não podemos concluir se esta falta de discussão com as chefias se deve à falta de vontade dos próprios assistentes sociais ou se se deve à cultura das organizações em que estão inseridos, uma vez que, para além do tipo de organização, não recolhemos elementos que traduzam aspetos da cultura organizacional.

A discussão frequente ou muito frequente destas matérias fora do contexto laboral, com familiares (85,6%) e amigos (84,6%), revela que os profissionais têm interesse por estas questões.

Será necessário um maior aprofundamento para perceber como passar do declarado elevado interesse sobre estas matérias, a uma atuação profissional sobre elas.

#### 9.4.1.3. Participação em movimentos cívicos, sociais e políticos

Como medida do interesse considerou-se também a participação em movimentos sociais, partidos políticos ou movimentos cívicos. A hipótese aqui colocada era a de que quem participa em movimentos políticos estará mais orientado para atuar sobre as políticas e mais facilmente o aplicaria ao seu contexto profissional.

*Tabela 26 - Participação em movimentos cívicos, sociais e políticos*

		Contagem	% de N válida da coluna
Movimentos Cívicos (ex: comissões de utentes, associações de defesa de direitos, movimentos de cidadãos)	Sim	67	25,3%
	Não	198	74,7%
	Total	265	100,0%
Movimentos Sociais (ex: Sindicatos)	Sim	44	16,6%
	Não	221	83,4%
	Total	265	100,0%
Partidos Políticos	Sim	35	13,2%
	Não	230	86,8%
	Total	265	100,0%

Verifica-se que os Assistentes Sociais não participam, na sua maioria, em movimentos cívicos, movimentos sociais ou partidos políticos. A participação partidária é a que concentra maior número de respostas negativas. Seria de esperar que a uma maior participação política correspondesse um maior envolvimento em atividades de *policy practice*. Apesar da fraca participação em qualquer dos tipos de movimento, é novamente nos partidos que recai a maioria das respostas negativas, confirmando o afastamento das instituições políticas também detetado na análise da confiança nas instituições e da perceção da sua eficácia.

Tendo em vista uma análise mais fina desta dimensão explorou-se a construção do “índice discussão” como medida de interesse. O alfa de Cronbach apurado foi de 0.74 pelo que considerámos aceitável prosseguir a sua análise. A média da escala é de 3 o que significa que o nível de discussão dos respondentes, globalmente considerado, também é médio. Na variável de interesse, as questões de interesse na atualidade política ou de participação não revelaram valores consistentes para serem tratados como escalas (valores alfa de Cronbach de 0,56 e de 0,425, respetivamente).

#### **9.4.2. Eficácia**

A variável da eficácia mede a perceção que os respondentes têm da sua capacidade de influenciar as políticas. Para a medir, foram elaboradas sete perguntas cuja consistência podemos considerar aceitável (alfa de Cronbach = 0.78).

Calculou-se a média das respostas a cada uma das questões, determinando um nível de perceção de eficácia, com valores que variam desde o nível mais baixo (1) ao mais alto (5). A escala incluía diferentes perguntas, como a capacidade de influenciar as políticas, a atenção que os políticos dão aos assistentes sociais, a facilidade de participação em grupos e atividades de influência nas políticas.

A média encontrada foi de 2.99 pelo que a perceção de eficácia na sua capacidade de influência das políticas não é baixa nem elevada.

#### 9.4.2.1. Capacidade de influenciar as políticas

77,2% dos inquiridos consideram que os Assistentes Sociais podem ter alguma influência sobre as medidas de política social, o que contrasta com o baixo envolvimento em atividades de *policy practice*. 50% consideram que podem ter bastante influência ou uma influência decisiva. Pelo contrário, 22,6% consideram que poderão ter pouca ou nenhuma influência, conforme os dados sistematizados na Tabela 27:

*Tabela 27 – Influência dos Assistentes Sociais nas medidas de política social*

		Frequência	percentagem	percentagem válida	percentagem cumulativa
Válido	Nenhuma influência	11	4,2	4,2	4,2
	Pouca influência	49	18,5	18,5	22,6
	Alguma influência	72	27,2	27,2	49,8
	Bastante influência	112	42,3	42,3	92,1
	Influência Total	21	7,9	7,9	100,0
	Total	265	100,0	100,0	

#### 9.4.2.2. Preocupação dos políticos com as posições face à Política Social

No que diz respeito à preocupação que os responsáveis políticos possam ter acerca das posições dos Assistentes Sociais face à política social, 76,2 % consideram que se preocupam pouco ou nada (Tabela 28). Os Assistentes Sociais admitem ter capacidade de influenciar as políticas, mas consideram que os responsáveis políticos, isto é, os responsáveis pela elaboração das políticas, não se preocupam em conhecer as posições dos Assistentes Sociais. Estes resultados vão ao encontro do que já tínhamos verificado sobre a falta de confiança nas instituições políticas (Tabela 12).

*Tabela 28 – preocupação dos responsáveis políticos com posições dos Assistentes Sociais*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Nada	73	27,5	27,5	27,5
	Pouco	129	48,7	48,7	76,2
	Alguma preocupação	54	20,4	20,4	96,6
	Bastante	7	2,6	2,6	99,2
	Totalmente	2	,8	,8	100,0
	Total	265	100,0	100,0	

Quanto à capacidade de influência dos responsáveis políticos verificamos algumas diferenças consoante estamos a tratar de política organizacional, política local ou política nacional.

*Tabela 29 - Capacidade de atrair a atenção dos responsáveis políticos*

		Contagem	% de N válida da coluna
Em que medida diria que conseguiria atrair a atenção de um responsável político nacional para uma questão que considera importante no âmbito da política social?	Nenhuma Atenção	34	12,8%
	Pouca atenção	91	34,3%
	Alguma atenção	113	42,6%
	Bastante atenção	24	9,1%
	Total atenção	3	1,1%
Em que medida diria que conseguiria atrair a atenção de um responsável político local para uma questão que considera importante no âmbito da política social?	Nenhuma Atenção	16	6,0%
	Pouca atenção	58	21,9%
	Alguma atenção	129	48,7%
	Bastante atenção	55	20,8%
	Total atenção	7	2,6%
Em que medida diria que conseguiria atrair a atenção do responsável da sua organização para uma questão que considera importante no âmbito da política social?	Nenhuma Atenção	7	2,6%
	Pouca atenção	28	10,6%
	Alguma atenção	99	37,4%
	Bastante atenção	98	37,0%
	Total atenção	33	12,5%
	Total	265	100,0%

A capacidade de atrair atenção vai diminuindo à medida que o campo de atuação dos responsáveis políticos se alarga. Assim, ao passo que 76,2% dos inquiridos consideram que os responsáveis políticos não se preocupam com a opinião dos Assistentes Sociais, é reconhecido que se consegue atrair a atenção dos responsáveis políticos em diferentes níveis.

É nas organizações que se consegue captar maior atenção e é no nível nacional que se revela mais difícil captar a atenção dos decisores políticos. No caso das organizações, 49,5% revelam conseguir captar bastante ou total atenção, já no que diz respeito aos responsáveis políticos nacionais, apenas 10,2% consideram ser capazes de atrair a atenção. A atenção dos responsáveis pela política local concentra 23,4% das respostas, situando-se num nível intermédio. Confirma-se que os Assistentes Sociais estão pouco envolvidos no processo de decisão política, evidenciando algum afastamento face aos decisores políticos. Ao contrário do que se verificou na questão do “interesse”, nesta questão já se evidenciam diferenças entre os níveis de decisão local e nacional. Resta perceber como é que se opera o processo de transformar a atenção dos responsáveis em atuação para influenciar as políticas.

#### **9.4.2.3. Participação em grupos e atividades para influenciar a Política Social**

49,8% dos inquiridos consideram ter capacidade para participar num grupo de assistentes sociais envolvido em atividades de influência da política social (Tabela 30). Como demonstrado no Gráfico 1, a discussão com colegas é uma das atividades de *policy practice* com maior número de respostas positivas (86,4%).



*Tabela 30-Papel ativo em grupo de assistentes sociais*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Pouco capaz	13	4,9	4,9	4,9
	Alguma capacidade	120	45,3	45,3	50,2
	Bastante capaz	98	37,0	37,0	87,2
	Totalmente capaz	34	12,8	12,8	100,0
	Total	265	100,0	100,0	

Quanto à facilidade em participar em atividades para influenciar a política social, há mais respondentes que consideram ter facilidade em participar (40,8%) do que os que consideram que lhes é difícil tal participação (30,9%). Há, ainda, um número significativo de respostas que considera que não é fácil nem difícil (28,3%).

*Tabela 31 – Facilidade em participar em atividades para influenciar a política social*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Extremamente difícil	3	1,1	1,1	1,1
	Difícil	79	29,8	29,8	30,9
	Nem difícil nem fácil	75	28,3	28,3	59,2
	Fácil	85	32,1	32,1	91,3
	Extremamente fácil	23	8,7	8,7	100,0
	Total	265	100,0	100,0	

O facto de a maioria dos respondentes não assumir ter facilidade em atividades de *policy practice* pode indiciar que a dificuldade em executar estas atividades baixa o nível de envolvimento dos profissionais.

### 9.4.3. Informação

A variável de informação pretende medir até que ponto os Assistentes Sociais detêm conhecimentos acerca da relação entre o Serviço Social e a Política Social. Quando analisámos o conteúdo e abrangência da formação académica, centrámo-nos na avaliação que os inquiridos faziam da sua preparação académica para atividades de *policy practice* (subcapítulo 9.3.3). A informação traduz-se na avaliação da preparação (não especificamente académica) para analisar problemas e políticas sociais, nomeadamente da sua relação com os problemas sociais. A informação acerca da Política Social e dos problemas sociais é um recurso que pode promover a *policy practice*. Se os Assistentes Sociais entenderem que existe uma relação entre o Serviço Social e a Política Social, torna-se mais fácil incorporarem na sua prática profissional atividades que promovam a influência das políticas.

De um modo geral, os Assistentes Sociais consideram que têm boa preparação acerca da relação entre os problemas sociais e as políticas sociais. A identificação dos problemas dos utentes e a análise das causas dos problemas sociais são as respostas que revelam um maior nível de preparação (81,9% e 82,1%, respetivamente, nas categorias de “boa” ou “excelente” preparação). É na identificação de prováveis defensores ou opositores de uma política social que os valores de “boa preparação” ou “excelente preparação” são mais baixos (46%). A identificação dos atores do processo de produção de políticas, incluindo os seus defensores ou opositores, é um aspeto fundamental para procurar influenciar as políticas. A menor informação a este respeito poderá traduzir-se numa menor exploração de atividades de *policy practice*, como contactar com decisores políticos para solicitar apoios ou expor determinados problemas. Pela análise das atividades de *policy practice* (Gráfico 1) confirma-se que os Assistentes Sociais recorrem mais aos representantes políticos para exporem uma situação do que para solicitarem apoio para uma determinada posição.

*Tabela 32 - Nível de preparação acerca do processo das políticas (informação)*

		Contagem	% de N válida da coluna
Identificar os problemas dos utentes/comunidades com que trabalha?	Nenhuma preparação	0	0,0%
	Pouca Preparação	1	0,4%
	Alguma preparação	39	14,7%
	Boa preparação	167	63,0%
	Excelente preparação	58	21,9%
Analisar as causas de um problema social?	Nenhuma preparação	0	0,0%
	Pouca Preparação	2	0,8%
	Alguma preparação	48	18,1%
	Boa preparação	168	63,4%
	Excelente preparação	47	17,7%
	Total	265	100,0%
Avaliar uma política social (objetivos, vantagens, desvantagens, quem beneficia, quem prejudica?)	Nenhuma preparação	2	0,8%
	Pouca Preparação	11	4,2%
	Alguma preparação	72	27,2%
	Boa preparação	148	55,8%
	Excelente preparação	32	12,1%
	Total	265	100,0%
Identificar os prováveis defensores ou opositores de uma determinada medida de política social?	Nenhuma preparação	5	1,9%
	Pouca Preparação	26	9,8%
	Alguma preparação	112	42,3%
	Boa preparação	101	38,1%
	Excelente preparação	21	7,9%
	Total	265	100,0%
Relacionar um problema de um utente com uma medida de política social?	Nenhuma preparação	2	0,8%
	Pouca Preparação	9	3,4%
	Alguma preparação	51	19,2%
	Boa preparação	160	60,4%
	Excelente preparação	43	16,2%
	Total	265	100,0%
	Pouca Preparação	9	3,4%
	Alguma preparação	51	19,2%

Boa preparação	160	60,4%
Excelente preparação	43	16,2%
Total	265	100,0%

Para medir o nível de informação calculou-se uma variável de escala considerando as cinco questões acerca da identificação de problemas sociais e dos atores do processo das políticas, representadas na Tabela 32. As respostas variavam de nenhuma preparação (1) a excelente preparação (5) e o nível médio situava-se nos 3.81. Podemos afirmar que, em média, os assistentes sociais declaram ser detentores de um bom nível de informação. A análise de confiabilidade revelou um valor de alfa de Cronbach elevado (0.87).

#### **9.4.4. Valores Profissionais**

A questão dos valores profissionais pretende aferir o entendimento que os profissionais têm dos valores subjacentes à profissão e em que medida coincidem com os discursos profissionais.

A exigência de neutralidade na atuação dos profissionais pode, para alguns Assistentes Sociais, conflitar com a exigência de tomadas de posição e envolvimento em questões políticas, ambas presentes nos princípios éticos do desempenho profissional.

A questão da neutralidade surge na relação com os utentes, isto é, não influenciar os utentes nas suas escolhas, na necessidade de se ser emocionalmente neutro, e na independência face a quaisquer grupos de interesse (religiosos e políticos). Pela observação dos dados da Tabela 33Tabela 33, percebemos que não há uma resposta que se distinga nitidamente das outras, o que nos leva a considerar que esta questão não é consensual.

Questionou-se ainda se se considerava que os Assistentes Sociais deveriam ser apartidários. A maioria dos respondentes (53,9%) considera que as preferências partidárias não são incompatíveis com o desempenho profissional, ao passo que 22,2% têm opinião contrária. Esta questão, embora não operando uma divisão das opiniões tão acentuada quanto as referentes à neutralidade, apresenta também um peso significativo da categoria “não

concordo nem discordo”. A leitura que fazemos do peso destas “não respostas” não é da falta de clareza da pergunta, mas de algum incómodo que as perguntas sobre participação política podem gerar, podendo a categoria intermédia servir de escapatória para a não tomada de posição.

*Tabela 33 - Valores Profissionais*

		Contagem	% de N válida
O Serviço Social está intrinsecamente ligado à Política Social	Discordo totalmente	0	0,0%
	Discordo	5	1,9%
	Nem concordo nem discordo	13	4,9%
	Concordo	129	48,7%
	Concordo totalmente	118	44,5%
	Total	265	100,0%
Não cabe ao Serviço Social influenciar as políticas sociais. A política social é matéria da competência dos responsáveis políticos.	Discordo totalmente	156	58,9%
	Discordo	90	34,0%
	Nem concordo nem discordo	12	4,5%
	Concordo	3	1,1%
	Concordo totalmente	4	1,5%
	Total	265	100,0%
Para responder às necessidades dos utentes não posso preocupar-me ou envolver-me em questões relativas à política social	Discordo totalmente	152	57,4%
	Discordo	97	36,6%
	Nem concordo nem discordo	9	3,4%
	Concordo	6	2,3%
	Concordo totalmente	1	0,4%
	Total	265	100,0%
O envolvimento dos(as) assistentes sociais em atividades da política social comporta o risco de partidarizar a relação com os utentes.	Discordo totalmente	93	35,1%
	Discordo	114	43,0%
	Nem concordo nem discordo	37	14,0%
	Concordo	17	6,4%
	Concordo totalmente	4	1,5%
	Total	265	100,0%
O respeito pelo princípio da autodeterminação implica que a nossa influência na	Discordo totalmente	38	14,3%
	Discordo	79	29,8%
	Nem concordo nem discordo	50	18,9%
	Concordo	77	29,1%

decisão dos utentes é sempre neutra	Concordo totalmente	21	7,9%
	Total	265	100,0%
As regras profissionais do Serviço Social obrigam-no a ser independente de quaisquer grupos de interesse (políticos, religiosos ou outros)	Discordo totalmente	43	16,2%
	Discordo	81	30,6%
	Nem concordo nem discordo	38	14,3%
	Concordo	58	21,9%
	Concordo totalmente	45	17,0%
	Total	265	100,0%
Quer estejamos a trabalhar com uma família, a testemunhar em tribunal ou a participar numa reunião, como assistentes sociais devemos ser emocionalmente neutros	Discordo totalmente	17	6,4%
	Discordo	66	24,9%
	Nem concordo nem discordo	37	14,0%
	Concordo	101	38,1%
	Concordo totalmente	44	16,6%
	Total	265	100,0%
Um assistente social competente tem de estar atento à Política Social	Discordo totalmente	0	0,0%
	Discordo	2	0,8%
	Nem concordo nem discordo	5	1,9%
	Concordo	102	38,5%
	Concordo totalmente	156	58,9%
	Total	265	100,0%
Um assistente social competente é apatidário	Discordo totalmente	56	21,1%
	Discordo	87	32,8%
	Nem concordo nem discordo	63	23,8%
	Concordo	38	14,3%
	Concordo totalmente	21	7,9%
	Total	265	100,0%

A falta de consenso quanto à neutralidade do Serviço Social denota que os profissionais, ainda que balizados pelos mesmos princípios éticos, têm interpretações diferentes desses mesmos princípios.

No que diz respeito à relação do Serviço Social com a Política Social o consenso é mais evidente. Os inquiridos concordam, em larga maioria (93,2%), que há uma ligação intrínseca do Serviço Social com a Política Social, que obriga os profissionais a estarem atentos a este domínio (97,4%).

Sobre o envolvimento nas políticas sociais, as respostas também são expressivas. A maioria dos inquiridos considera que a Política Social não é matéria reservada aos responsáveis políticos, admitindo que também cabe ao Serviço Social a influência das políticas sociais (92,9%). Na mesma linha, a maioria das respostas (88,8%) revela que não considera que existe o risco de partidarização da atividade profissional pelo envolvimento em atividades da política social.

Podemos assim considerar que os Assistentes Sociais inquiridos assumem a estreita ligação do serviço social com a política social, que não confundem a política social com outro tipo de atividade política como o envolvimento partidário e que admitem que lhes cabe envolverem-se na política social.

Os inquiridos foram questionados acerca dos valores profissionais através de um conjunto de 9 questões (Tabela 33). Tal como para as variáveis anteriores, os dados foram analisados a partir de uma escala agregando os conjuntos das respostas às diferentes questões. Pela análise da consistência, optou-se por não considerar nesta escala duas questões: a primeira, que reportava à ligação intrínseca entre o Serviço Social e a Política Social; a segunda, reportando-se à necessidade de dar atenção à política social para se ser um profissional competente. Desta forma, a consistência da escala foi progressivamente melhorada, passando de um valor de alfa de Cronbach de 0,569 quando consideradas todas as questões, para 0,687 quando retiradas essas questões. Com respostas variando entre “discordo totalmente” (1) e “concordo totalmente” (5), apurou-se o valor médio para esta escala de 2,38. Este valor revela um maior número de respostas nos valores mais baixos da escala, o que traduz que os assistentes sociais consideram que se podem envolver em questões como a política social ou a política geral.

#### **9.4.5. Antiguidade**

*Tabela 34 - Antiguidade*

		Há quanto tempo trabalha como assistente social? (anos)	Há quanto tempo trabalha como assistente social na organização onde exerce atualmente? (anos)
N	Válido	258	253
	Omisso	7	12
Média		15,15	11,31

Os respondentes trabalham como assistentes sociais, em média, há 15 anos, sendo que trabalham na instituição em que exercem funções no momento da resposta ao inquérito, em média, há 11 anos. Considerando escalões de antiguidade na profissão, esta distribui-se da seguinte forma:

*Tabela 35 – Escalões de antiguidade*

		Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem cumulativa
Válido	Até 5 anos	55	20,8	21,3	21,3
	de 6 a 10 anos	44	16,6	17,1	38,4
	de 11 a 15 anos	36	13,6	14,0	52,3
	de 16 a 20 anos	58	21,9	22,5	74,8
	de 21 a 25 anos	29	10,9	11,2	86,0
	de 26 a 30 anos	14	5,3	5,4	91,5
	mais de 31 anos	22	8,3	8,5	100,0
	Total	258	97,4	100,0	
Omisso	Sistema	7	2,6		
Total		265	100,0		

Os dois escalões de antiguidade mais significativos são os que agrupam os Assistentes Sociais com antiguidade até 5 anos e entre 16 e 20 anos.



### 9.5. Fatores que influenciam o nível de envolvimento em *policy practice*

Na análise dos dados do inquérito apresentada anteriormente, procurámos caracterizar a amostra, verificar o comportamento das respostas a cada uma das variáveis e determinar o nível de envolvimento dos respondentes. Constatámos que os inquiridos revelavam baixo envolvimento em *policy practice*.

Passamos agora a uma análise que procura apurar quais os fatores que potenciam ou limitam esse envolvimento.

De acordo com o modelo de análise explicitado na Figura 2, consideraram-se variáveis explicativas a confiança (contexto sociopolítico), as ligações profissionais e as competências em *policy practice* (contexto profissional), o interesse (discussão), a eficácia, a informação, os valores profissionais e a antiguidade.

No que diz respeito às relações profissionais (membro de associação profissional, participação em grupos de discussão, acompanhar publicações ou estudos), a escala não revelou consistência (alfa de Cronbach de 0.45) pelo que optámos por não apurar em que medida o nível de envolvimento em *policy practice* dependia deste tipo de relação. Admitimos que a tentativa de adaptação desta escala a partir de outros trabalhos, realizados em países com outro tipo de organização profissional, possa não ter sido a mais adequada para procurar aferir se os Assistentes Sociais mais envolvidos em redes profissionais se envolveriam mais em atividades de *policy practice*.

Para analisar de que forma todas estas variáveis se relacionam, procedeu-se à análise de correlações entre variáveis.

Tabela 36 - Correlações

	Média	Desvio Padrão	N	Confiabilidade (alfa de Cronbach)	Correlações (Pearson)	Correlações (Spearman)
EPP_vf	,4732	,20652	265	0.75	1,000	1,000
Escala_discussão	3,0060	,48332	265	0.74	,421**	,402**
Escala_eficácia	2,9946	,58689	265	0.78	,455**	,446**
escala_informação	3,8143	,58512	265	0.87	,322**	,314**
escala_ppskills	3,0887	,80167	265	0.83	,281**	,271**
escala_valores	2,3833	,63714	265	0.69	-,286**	-,283**
escala_confiança	2,8005	,56390	265	0.77	,119	,110
Há quanto tempo trabalha como assistente social? - Indique o número de anos	15,15	10,103	258		,123*	,125*

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (bilateral).

\* . A correlação é significativa no nível 0,05 (bilateral).

Quanto mais elevado o valor da correlação, maior a relação entre as variáveis. Com exceção da confiança, as correlações são significativas pelo que podemos afirmar que o nível de envolvimento em atividades de *policy practice* aumenta consoante a aumentam a percepção de eficácia, os hábitos de discussão, o nível de informação, as competências académicas e à medida que não se considera que estas atividades colidem com os valores profissionais. Quanto à antiguidade, a correlação é muito baixa ainda que positiva o que significa que há uma tendência de aumento da atividade em *policy practice* com a antiguidade.

Assim, as variáveis consideradas no nosso modelo de análise, de um modo geral, relacionam-se com o nível de envolvimento em *policy practice*. Importa ainda, no entanto, procurar perceber em que medida contribui cada uma dessas dimensões para explicar as diferenças no nível de envolvimento em *policy practice*. O método adotado para proceder a esta medição foi a regressão linear, excluindo a análise da variável confiança pelo facto da correlação não ser significativa. A regressão foi realizada em cinco passos de modo a percebermos, variável a variável, quais as alterações que cada variável introduzia no poder explicativo do modelo.

Tabela 37 - Regressão

Sumarização do modelo

Modelo	R	R quadrado	R quadrado ajustado	Erro padrão da estimativa	Estatísticas de mudança				
					Mudança de R quadrado	R Mudança F	gl1	gl2	Sig. Mudança F
1	,421 <sup>a</sup>	,177	,174	,18772	,177	56,519	1	263	,000
2	,540 <sup>b</sup>	,292	,286	,17445	,115	42,538	1	262	,000
3	,558 <sup>c</sup>	,312	,304	,17234	,020	7,472	1	261	,007
4	,558 <sup>d</sup>	,312	,301	,17263	,000	,120	1	260	,729
5	,585 <sup>e</sup>	,343	,330	,16903	,031	12,185	1	259	,001

a. Preditores: (Constante), Escala\_discussão

b. Preditores: (Constante), Escala\_discussão, Escala\_eficácia

c. Preditores: (Constante), Escala\_discussão, Escala\_eficácia, escala\_informação

d. Preditores: (Constante), Escala\_discussão, Escala\_eficácia, escala\_informação, escala\_ppskills

e. Preditores: (Constante), Escala\_discussão, Escala\_eficácia, escala\_informação, escala\_ppskills, escala\_valores

O valor de R quadrado dá-nos a medida em que o envolvimento em *policy practice* é explicado pelas variáveis que seleccionámos. Verificamos que todas as variáveis consideradas nos permitem explicar 34,3 % das diferenças no envolvimento em atividades de *policy practice*, por parte dos inquiridos. As variáveis que mais contribuem para este valor de explicação são a discussão e a eficácia e as que menos contribuem são as competências em atividades de *policy practice* (escala\_ppskills) e a informação.

## 10. Discussão

Retomando os modelos *Policy Practice Engagement* (Gal & Weiss-Gal, 2015) e *Civic Voluntarism* (Verba, Schlozman, & Brady, 1995) os Assistentes Sociais tenderão a envolver-se em atividades de *policy practice* se o contexto sociopolítico em que se inserem lhes proporcionar essa oportunidade (“podem”) se o contexto da profissão e o contexto profissional facilitarem (“alguém os convidou”) e, sobretudo, se tiverem motivação (“querem”).

Situando os resultados deste estudo em relação às quatro dimensões destacadas no modelo de análise – contexto sociopolítico, contexto da profissão, contexto profissional e características individuais – é na última dimensão que se encontram os fatores que mais explicam o envolvimento dos Assistentes Sociais em atividades de *policy practice*. No entanto, as restantes dimensões, não foram suficientemente exploradas no presente estudo, devendo ser consideradas, quer em futuros estudos, quer na definição de estratégias que visem aprofundar os níveis de implicação dos assistentes sociais na *policy practice*.

O estudo aqui apresentado revela que há um descontentamento generalizado por parte dos Assistentes Sociais quanto ao funcionamento do sistema de bem-estar em Portugal. Sendo o Serviço Social uma profissão correlacionada com o desenvolvimento do bem-estar, fica evidenciada uma contradição entre o papel dos profissionais e o resultado esperado da sua atuação.

Os resultados revelam um desligamento entre os profissionais e as estruturas do sistema político, confirmado pela falta de confiança nas instituições, pela perceção de que os responsáveis políticos não consideram a opinião dos Assistentes Sociais e pela fraca participação em movimentos políticos. Os inquiridos não se identificam com o quadro político-institucional em que são produzidas as políticas públicas em Portugal. Não confiam, no geral, nas instituições com maior relevância para desencadear o processo legislativo (Assembleia da República, Governo e Partidos Políticos) e têm um baixo nível de participação política, em especial o envolvimento partidário. Quando questionados acerca

dos seus conhecimentos acerca do processo de produção das políticas sociais, é o aspeto mais ligado à arena política, isto é, a identificação de quem apoia ou se opõe, que se revela menos conhecido. Consideramos que esta falta de identificação e de participação afasta os profissionais do processo político mais geral, o que dificulta as iniciativas profissionais que possam implicar uma intervenção na esfera política social no âmbito profissional.

O contexto sociopolítico era apresentado como um fator de oportunidade no modelo teórico apresentado por (Gal & Weiss-Gal, 2015). O desligamento entre os profissionais do Serviço Social e as instituições políticas não resulta da falta de oportunidade oferecida pelo sistema político. Pelo contrário, o desligamento dos profissionais face às instituições políticas estará, porventura, a conduzir a que as oportunidades sejam desaproveitadas funcionando como um obstáculo à atuação na esfera política, condição essencial para o desenvolvimento da *policy practice*.

Confirma-se o hiato entre “a profissão” e “a profissionalidade”, também verificado noutros estudos (Weiss-Gal & Gal, 2013) . No discurso sobre a missão, o papel e os valores profissionais, a *policy practice* é uma dimensão constitutiva da profissão. Do ponto de vista da profissionalidade, a *policy practice* é pouco significativa no quotidiano dos profissionais. Os inquiridos não encontram limitações ético-profissionais na atuação na esfera política e rejeitam, inclusive, a ideia de que não cabe ao Serviço Social influenciar as políticas. Os Assistentes Sociais, neste estudo, afirmam reconhecer o papel que podem desempenhar no campo das políticas sociais, mas revelam não ter desenvolvido as competências suficientes para o concretizar.

Os problemas e as políticas sociais são questões pelas quais os Assistentes Sociais revelam ter interesse. O diagnóstico sobre a gravidade das desigualdades sociais é subscrito pela generalidade dos Assistentes Sociais que responderam ao questionário. Os inquiridos consideram que os níveis de proteção social e a qualidade das respostas sociais são insuficientes para responder aos problemas sociais. Este posicionamento contraria a ideia de que os Assistentes Sociais são acríticos e não refletem sobre o mundo que os rodeia.

O envolvimento em associações socioprofissionais tem sido apontado como um fator impulsionador da *policy practice* (Hamilton & Fauri, 2001; Gal & Weiss-Gal, 2015). A elevada importância atribuída à organização do corpo profissional não se repercute no nível de adesão às estruturas organizativas. Com efeito, apesar de 91,3% dos profissionais conferirem importância à organização do grupo profissional, apenas 47,5% são membros de uma associação profissional. Há uma descontinuidade entre o discurso e a prática destes profissionais. Mesmo participando em atividades de associações profissionais (via proxy da *policy practice*), não aderem às estruturas representativas dos profissionais, fragilizando, de alguma forma, o papel que estas possam desempenhar. Regista-se, no entanto, o elevado interesse e identificação com a profissão denotado pela atenção que os profissionais afirmam dar a publicações e investigações académicas no âmbito do Serviço Social. O contexto da profissão não se revelou, neste estudo, relevante para a explicação do envolvimento dos profissionais em atividades de *policy practice*. Atendendo a que é nesta dimensão que podemos encontrar as formas de organização e regulação profissional, os discursos, as normas, os códigos de ética e deontologia profissionais, admite-se que a dimensão do contexto da profissão merece um maior aprofundamento em investigações futuras. Um contexto da profissão mais facilitador poderá aumentar a motivação dos profissionais para se envolverem em atividades de *policy practice*.

De um modo geral, os Assistentes Sociais que inquirimos reconhecem a estreita relação entre o Serviço Social e a Política Social. A nossa amostra confirma a lógica “topdown” na relação da Política Social com o Serviço Social, na medida em que os profissionais atuam mais na implementação das políticas do que noutras fases do processo político. Apenas 9,1% dos profissionais desempenham funções relacionadas com processos de decisão política.

As funções maioritariamente ligadas a atividades de implementação de políticas e menos ligadas à produção das mesmas, sujeitam os profissionais aos critérios de atuação dos decisores que não são necessariamente coincidentes com os princípios éticos subjacentes à profissão. Mesmo ao implementar as políticas os profissionais poderão, no entanto, convocar os princípios e valores profissionais na interpretação da legislação. Não foi questionado em que medida os Assistentes Sociais se sentem profissionalmente realizados, mas as

descoincidências detetadas, entre o que se entende que deve ser a profissão e o que ela é na prática, sugerem-nos ser necessário aprofundar esta temática em trabalhos futuros.

Apesar da fraca identificação e participação em atividades políticas, os inquiridos revelam bastante interesse nas questões da atualidade política e expressam a convicção de que compete ao Serviço Social influenciar as políticas. Consideram ainda ter capacidade para o fazer, embora entendam que os responsáveis políticos não se preocupam com as suas opiniões. O reconhecimento da ligação entre o Serviço Social e a Política Social, aliado à percepção de eficácia de capacidade de alteração de políticas criam as condições favoráveis a que os profissionais possam desenvolver uma atuação mais orientada nesse sentido.

Os resultados obtidos no presente estudo revelam que o nível de envolvimento em atividades de *policy practice* é baixo, em linha com os resultados de estudos realizados noutros países (Weiss-Gal & Gal, 2013; 2015). Das diversas atividades de *policy practice*, são as que implicam transportar os problemas para a esfera pública, como o recurso a órgãos de comunicação social ou contactos diretos com responsáveis políticos, as que revelam um nível mais baixo de envolvimento por parte dos profissionais. Também as atividades de protesto como as manifestações, são pouco participadas por estes profissionais, em linha com o baixo nível de participação política em movimentos cívicos, sociais ou culturais. As atividades de *policy practice* em que estes profissionais mais se envolvem são as que implicam o relacionamento e a discussão de problemas com os colegas e aquelas em que menos se envolvem são as que implicam uma maior exposição pública e um contacto mais direto com os responsáveis políticos, isto é, aquelas que implicam uma entrada na arena política. Os resultados são semelhantes aos verificados num estudo sobre assistentes sociais em Israel, que revelou que os assistentes sociais preferem, no que diz respeito à influência das políticas sociais, atuações “nos bastidores” (Gewirtz-Meydan, Weiss-Gal, & Gal, 2016). Esta preferência por atuações com menor exposição pública poderá resultar da fraca preparação académica para as atividades com maior impacto público e político e também dos constrangimentos inerentes aos enquadramentos e culturas organizacionais.

Fica por explicar, no entanto, como é que tendo capacidade, informação e interesse, os profissionais não se envolvem de forma mais efetiva no sentido de influenciar as políticas sociais.

Um dos fatores de explicação poderá centrar-se na formação académica. Os resultados indicam que a preparação académica não inclui conhecimentos específicos sobre diferentes formas de influenciar os responsáveis políticos. Apesar da forte relação entre o Serviço Social e a Política Social, reconhecida de forma muito significativa pelos inquiridos, a formação académica incide mais sobre aspetos de implementação do que de formulação de políticas. A prática profissional é assim dirigida para agir de acordo com as políticas definidas e não para participar na definição dessas mesmas políticas ou influenciar a sua reformulação, melhoria e avaliação.

Os profissionais estão preparados para perceber a relação entre o Serviço Social e a Política Social e consideram que a influência das políticas faz parte das suas funções. No entanto, não sabem como podem, na prática, desenvolver esta linha de atuação.

Uma das principais estratégias de reforço da *policy practice*, apontada por diferentes autores como Ritter (2008), (Rome & Hoechstetter, 2010), Hamilton & Fauri (2001), Hoefer (2013), Idit Weiss Gal e John Gal (2013), é a formação académica.

O reforço de alguns dos conteúdos da formação académica, como a preparação para o contacto com responsáveis políticos, a participação no processo de formulação das medidas de política, a análise crítica na esfera pública dos problemas sociais, é uma das medidas que podem ser tomadas se se pretender incrementar a prática profissional de influência nas políticas sociais. Tal reforço poderá ser potenciador da perceção de eficácia, do sentimento de que “se é capaz”, fator que se destacou como explicativo do envolvimento em *policy practice*, na análise dos resultados do inquérito. Este investimento deverá ser feito, não só na formação de base, para preparar os futuros profissionais, mas também nas formações avançadas, para envolver os atuais profissionais, ainda com muitos anos de atividade pela frente.



A participação política pode ser um fator de motivação para a *policy practice*. Sendo certo que a *policy practice* trata de práticas profissionais e não de práticas de cidadania, a atuação nas políticas está profundamente ligada ao funcionamento do sistema político pelo que é expectável que uma maior participação política facilite a prática profissional de atuação nas políticas: porque revela interesse e motivação, porque aumenta a informação acerca do funcionamento e dos processos, porque aumenta a eficácia da atuação. Um maior envolvimento dos profissionais na arena política, projetando a necessidade de responder aos problemas concretos com que se deparam, poderá melhorar a qualidade do processo das políticas e, eventualmente diminuir o aparente desligamento entre a profissão de natureza política e o sistema político em que atua.

A amostra recolhida não é representativa dos assistentes sociais do ponto de vista estatístico. No entanto, uma vez que não havia uma base de recenseamento disponível e que a divulgação foi feita por ligação anónima, pedindo a colaboração da APSS e dos próprios respondentes na divulgação, atendendo ainda ao pouco tempo de recolha (de Outubro a Dezembro de 2017), consideramos que o número de respostas alcançado, ainda que não significativo do ponto de vista estatístico, é significativo dada a natureza exploratória deste estudo.

O questionário que elaborámos resultou de uma tentativa de adaptação de investigações realizadas noutros países e noutros contextos. Tratou-se do primeiro estudo extensivo feito em Portugal sobre esta matéria, não se dispondo de protocolos validados. Assim, o trabalho de adaptação poderá ter diminuído a consistência de algumas das escalas utilizadas, uma vez que foram retirados alguns itens das escalas originais, por se considerar que não tinham aplicabilidade no caso português. São exemplos as questões relacionadas com a litigância nos tribunais, prática que no sistema português não se verifica, mas que nos países em que se aplica são um importante indicador do nível de envolvimento dos profissionais em atividades de *policy practice*. Haverá, eventualmente, outros itens que poderão ter pertinência no caso português e não noutros países, não considerados neste estudo.

Assumimos também um erro metodológico na construção do questionário. Algumas questões tinham uma categoria de resposta “outras”, sem que tivesse sido pedido a sua especificação. Em resultado, não se conseguiu fazer uma interpretação do significado das respostas concentradas nestas categorias. O maior cuidado na formulação das perguntas é outro aspeto a melhorar em trabalhos futuros.

Do ponto de vista metodológico, seria desejável chegar a uma amostra representativa dos Assistentes Sociais em Portugal. Mas a realidade é que não existe uma base de recenseamento dos Assistentes Sociais portugueses, nem existem estatísticas que nos permitam contabilizar os profissionais em atividade e os contextos em que atuam. Com o tempo disponível, a opção pelo método “bola de neve”, não sendo o mais desejável do ponto de vista científico, foi o mais viável.

O instrumento de recolha dos dados também necessita de ser melhorado, se utilizado futuramente. Melhorado na consistência das escalas, na clarificação de algumas perguntas, na utilização da plataforma informática para diminuir as respostas inválidas.

Alguns aspetos que não foi possível explorar nesta investigação, deverão ser aprofundados em estudos futuros. Um desses aspetos é procurar compreender melhor a participação política dos Assistentes Sociais portugueses. Evitámos incluir perguntas acerca da participação política, como a participação em atos eleitorais, em campanhas, em listas, por exemplo. Fizemo-lo com o intuito de evitar perguntas que suscitassem a confusão da “política” com “as políticas”, sobretudo num contexto ideológico que promove uma cultura profissional “apolítica”. Estudos sobre a participação política dos assistentes sociais revelaram que os assistentes sociais eram mais participativos do que os cidadãos no seu conjunto (Hamilton & Fauri, 2001; Ritter, 2008). No entanto, o afastamento entre os profissionais e as estruturas do sistema político evidenciado pelos resultados deste estudo, suscitam a vontade de perceber melhor em que medida esse afastamento se distingue da participação política dos portugueses em geral, se constitui como obstáculo ao desenvolvimento da *policy practice* e de que forma pode ser atenuado. Consideramos que, apesar de o sistema político português oferecer oportunidades de atuação para influenciar as

políticas sociais, a desconfiança e o desligamento dos profissionais pode levar a que essas oportunidades não sejam devidamente exploradas. Gera-se como que um ciclo vicioso em que a falta de identificação, com os partidos, com as instituições ou com as políticas, diminui a participação política que, por sua vez, pode ter como consequência o enfraquecimento da própria democracia, na medida em que se alarga o fosso entre os decisores e os alvos da decisão e, consequentemente, a qualidade da decisão. Um reforço da *policy practice* poderá, porventura, contribuir para uma maior aproximação dos cidadãos profissionais do Serviço Social às estruturas de poder e decisão política.

Um outro aspeto que não foi explorado no estudo foi o do contexto organizacional e em que medida este afeta as práticas profissionais. No inquérito que elaborámos não conseguimos chegar a questões que nos servissem de indicadores sobre esta matéria. Mas é sem dúvida uma lacuna, porque as organizações em que os profissionais atuam condicionam certamente a sua atuação. Serão necessários mais estudos, provavelmente de natureza mais qualitativa, que permitam perceber o papel das organizações e das suas culturas no envolvimento dos profissionais em atividades de *policy practice*.

O modelo de análise que adotámos no presente estudo deixa por explicar muitas das razões que levam a um maior ou menor envolvimento nas atividades de *policy practice*. Algumas das escalas aplicadas não se revelaram consistentes e têm de ser melhoradas em estudos futuros. Registamos como positivo o facto de 215 respondentes terem revelado interesse em receber os resultados do estudo. É uma disponibilidade que revela o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a atuação profissional e que de alguma forma, revela a capacidade reflexiva necessária para pensar o lugar da profissão no processo das políticas sociais.

Os fatores com maior capacidade de potenciar a *policy practice* dos inquiridos situam-se no plano das características individuais. Mais precisamente, são fatores motivacionais, como a perceção de eficácia ou de capacidade de “fazer a diferença” e o interesse nos problemas e políticas sociais, os que explicam o maior nível de envolvimento em atividades de *policy practice*. Potenciando a atuação nos restantes fatores, isto é, a maior exploração das oportunidades de atuação no processo das políticas sociais, um reforço das competências

académicas, e a valorização de culturas profissionais identificadas com a atuação política, elevar-se-á, provavelmente, o envolvimento dos Assistentes Sociais em atividades de *policy practice*.

## 11. Conclusão

Importa referir desde logo que os resultados do presente estudo não são extrapoláveis para o universo dos profissionais de Serviço Social embora nos permitam observar uma tendência, a qual sugere pistas para investigações futuras.

Com base nos resultados do inquérito, pode-se afirmar que os profissionais inquiridos têm uma visão crítica em relação ao modelo societário, reconhecem que os níveis de proteção social estão aquém do que deviam e reconhecem que podem ter um papel na melhoria das políticas. No entanto, não atuam, na sua maioria, nesse sentido.

O grande desafio que se coloca é o da motivação dos profissionais, para passarem do diagnóstico de que o modelo social não responde às necessidades e atuarem, no sentido de influenciar a melhoria das políticas públicas e em particular as políticas sociais.

Das diferentes atividades de *policy practice*, as que revelam maior frequência entre os inquiridos são as que pressupõem o contacto com colegas. O que significa que, entre pares, os profissionais têm a preocupação de transportar as questões individuais para um campo de reflexão sobre a atuação profissional. A confiança nos colegas pode potenciar a atuação dos profissionais pela via da atividade dos representantes (via proxy).

Do ponto de vista académico, para além da dimensão do ensino há que destacar a dimensão da investigação. Na linha de Foucault (1991), a consolidação do campo do saber reforça a capacidade de atuação como campo de poder. O envolvimento dos académicos em investigações relacionadas com os problemas e as políticas sociais poderá impulsionar a afirmação do Serviço Social na arena das políticas públicas. Destacamos como positivo o facto de os profissionais se manterem ligados à profissão por via das publicações e investigações académicas. Esta é uma das vias de incremento da *policy practice* por ser uma área à qual os profissionais poderão dar especial atenção.

Considera-se que é igualmente necessário encontrar modalidades de formação para os profissionais já integrados no mercado de trabalho. Se do ponto de vista académico a *policy*

*practice* for assumida como estruturante para a profissão, poderá pensar-se em promover formações profissionais, avançadas e pós-graduadas nesta área. As associações socioprofissionais e os grupos de reflexão dos Assistentes Sociais poderão ser parceiros na divulgação e dinamização deste tipo de ações.

O estudo apresentado encerra diversas limitações. Assume-se que a sua pretensão era exploratória porque, por um lado, não existem estudos semelhantes em Portugal e, por outro lado, as dificuldades na aproximação ao terreno e na recolha dos dados, não nos permitiram ambicionar ir mais longe, com o tempo disponível.

Destacamos como positivo o facto de, apesar de se tratar de um estudo exploratório, ter conseguido um número de respostas significativo, ainda que não lhe permita conferir representatividade estatística. O facto de 215 respondentes terem revelado interesse em receber os resultados do estudo, revela o interesse em aprofundar o conhecimento sobre a atuação profissional e de alguma forma, revela a capacidade reflexiva necessária para pensar o lugar da profissão no processo das políticas sociais.

A prática apolítica, dirigida à gestão dos recursos, eficaz e eficiente, orientada para os resultados imediatos, está a falhar em termos de mudança societária no sentido do bem-estar dos indivíduos. E essa falha é muito sentida pelos profissionais, quando revelam a insatisfação com as políticas e o sistema de proteção social, o seu substrato profissional.

Os Assistentes Sociais participantes neste estudo estão disponíveis para aprofundar a reflexão acerca do seu papel e das suas práticas profissionais. Esta disponibilidade deve ser aproveitada. A academia ocupa uma posição privilegiada neste processo. Estando menos exposta aos imperativos managerialistas, pode abrir espaços de reflexão, de discussão e de atuação.

O projeto tinha duas grandes ambições: a primeira, de contribuir para a autorreflexão crítica dos profissionais do Serviço Social. E os dados recolhidos confirmam que há espaço para o promover. A segunda, de encontrar estratégias de “empowerment” dos assistentes sociais

portugueses, contrariando a lógica “top down” da relação entre o Serviço Social e Política Social, e reforçando a *policy practice*.

Chegados ao fim deste trabalho constatamos com satisfação que não se trata de um ponto de chegada. Há ainda muito para estudar na relação do Serviço Social com a Política Social e com a sociedade. Esperamos ter conseguido desbravar algum caminho num campo de estudo onde, em Portugal, ainda há muito por fazer.

## Bibliografia

- Amaro, I. (2012). *Urgências e emergências do serviço social : Fundamentos da profissão na contemporaneidade*. Lisboa: Tese de Doutoramento - Faculdade de Ciências Humanas - Universidade Católica Portuguesa.
- Amaro, I. (2015). Sociedade, Tecnologia e Serviço Social. Em I. Amaro, *Urgências e emergências do serviço social contemporâneo: contributos para a discussão dos fundamentos da profissão* (pp. 29-84). Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Beck U., G. A. (2000). *Modernização Reflexiva - Política, Tradição e Estética no Mundo Moderno*. Oeiras: Celta editora.
- Branco, F. (2009). A Profissão de Assistente Social em Portugal. *Locus Social*, 3, 61-89.
- Branco, F. J. (2016). The circle of social reform: the relationship social work—social policy in Addams and Richmond. *European Journal of Social Work*, 19(3), 405-419. doi:10.1080/13691457.2015.1084272
- Branco, F., & Amaro, I. (2011). As práticas do "Serviço Social activo" no âmbito das novas tendências da política social. *Serviço Social & Sociedade*, 108, pp. 656-679.
- Bryman, A. (2012). *Social Research Methods* (4th ed.). Oxford University Press.
- Bryman, A., & Cramer, D. (2003). *Análise de Dados em Ciências Sociais*. Oeiras: Celta.
- Carmo, R. M., & Costa, A. F. (2015). *Desigualdades em Questão: Análises e Problemáticas*. Lisboa: Mundos Sociais.
- Castel, R. (2009). *La montée des incertitudes: Travail, protections, statut de l'individu*. Editions du Seuil.
- Dominelli, L. (2004). *Social Work: Theory and Practice for a Changing Profession*. Polity Press.



- Figueira-McDonough, J. (1993). Policy practice: the neglected side of social work intervention. *Social work*, 38(2), 179-188.
- Foucault, M. (1971). *L'ordre du discours*. Gallimard.
- Foucault, M. (1991). Politics and the study of discourse. Em G. Burchell, C. Gordon, & P. Miller, *The Foucault Effect - Studies on Governmentality*. The University of Chicago Press.
- Gal, J. &.-G. (2015). The "Why" and the "How" of policy practice: An eight-country comparison. *British Journal os Social Work*, 45 (4), pp. 1083-1101.
- Gewirtz-Meydan, A., Weiss-Gal, I., & Gal, J. (2016). Social Workers Policy Practice in Non-Profit Human Service Organisations in Israel. *British Journal of Social Work*, pp. 1-19.
- Giddens, A. (2000). *Dualidade da estrutura - Agência e Estrutura*. Oeiras: Celta.
- Hamilton, D., & Fauri, D. (2001). Social Worker's Political Participation. *Journal of Social Work Education*, 37, pp. 321-332. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1080/10437797.2001.10779057>
- Hoefer, R. (2013). Social workers affecting social policy in the US. Em J. ..-G. Gal, *Social Workers Affecting Social Policy: An international perspective* (pp. 161-182). The Policy Press.
- Jansson, B. S. (2003). *Becoming an effective policy advocate : from policy practice to social justice* (4th ed.). USA: Brooks/Cole.
- Knoepfel, P. e. (2007). Hacia un modelo de análisis de políticas públicas operativo.Un enfoque basado en los actores, sus recursos y las instituciones. Em P. e. Knoepfel, *Ciencia Politica* 3 (pp. 6-29).
- Lipsky, M. (1980). *Street-Level Bureaucracy: Dilemmas of the Individual im Public Services*. Nova Iorque: Russel Sage Foundation.

- Mendes, P. (2007). Social Workers and Social Activism in Victoria, Australia. *Journal of Progressive Human Services*, 18(1), 25-44.
- Mineiro, J. (2015). Desigualdades, serviços públicos e justiça social na "nova ordem mundial". Em R. M. Carmo, & A. F. Costa, *Desigualdades em Questão: Análises e Problemáticas* (pp. 43-58). Lisboa: Mundos Sociais.
- Negreiros, M. A. (1999). Qualificação Académica e Profissionalização do Serviço Social Português. Em M. A. Negreiros, A. Martins, A. B. Henriquez, & J. Figueira-McDonough, *Serviço Social: Profissão e Identidade - Que Trajectória?* Lisboa/S. Paulo: Veras Editora.
- Norris, P. (2002). *Democratic phoenix: Reinventing political activism*. Cambridge University Press.
- Padilla, Y. C., & Fong, R. (2016). Identifying Grand Challenges Facing Social Work in the Next Decade: Maximizing Social Policy Engagement. *Journal of Policy Practice*, 133-144. doi:10.1080/15588742.2015.1013238
- Ritter, J. A. (Outubro de 2008). A National Study Predicting Licensed Social Worker's Levels of Political Participation: The Role of Resources, Psychological Engagement and Recruitment Networks. *Social Work*, 53, 347.
- Rodrigues, C. F., Figueiras, R., & Junqueira, V. (2016). *Desigualdade do Rendimento e Pobreza em Portugal: As consequências do programa de ajustamento*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Rodrigues, M. d. (2002). *Sociologia das Profissões*. Oeiras: Celta Editora.
- Rome, S. H., & Hoechstetter, S. (Setembro de 2010). The Political Participation of Professional Social Workers. *Journal of Sociology & Social Welfare*, XXXVII, pp. 107-130.

- Schlozman, K., Verba, S., & Brady, H. (2010). Weapon of the strong? participatory inequality and the internet. *8/nº 2*, 487-509.  
doi:<https://doi.org/10.1017/S1537592710001210>
- Silva, A. S., & Pinto, J. M. (1990). *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Solender, S. (1958). Public Social Policy and Social Work Practice. *Social work*, 3(1), 3.
- Verba, S. (2003). Would the Dream of Political Equality Turn out to Be a Nightmare: perspectives on politics. *1*, pp. 663-679.  
doi:<https://doi.org/10.1017/S1537592703000458>
- Verba, S., Schlozman, K. L., & Brady, H. (1995). *Voice and equality: Civic Voluntarism in american politics*. Cambridge, Mass.: Harvard University.
- Weiss-Gal, I., & Gal, J. (2013). An international perspective on policy practice. Em J. & G. Gal, *Social Workers Affecting Social Policy: An international perspective* (pp. 183-209). Bristol: Policy Press.
- Weiss-Gal, I., & Gal, J. (2013). Policy practice in social work: an introduction. Em I. Weiss-Gal, & J. (. Gal, *Social Workers Affecting Social Policy: An international perspective* (pp. 2-16). Bristol: Policy Press.
- Weiss-Gal, I., & Gal, J. (2013). *Social Workers Affecting Social Policy: An international perspective* . Bristol: Policy Press.
- Weiss-Gal, I., & Welbourne, P. (2008). The professionalisation of social work: a cross-national exploration. *International Journal of Social Welfare*, 17, pp. 281-290.
- Wyers, N. L. (1991). Policy-practice in social work: models and issues. *Journal of Social Work Education*, 27, 241-250.
- Yeates, N. (1999). Social Politics and Policy in an Era of Globalization: Critical Reflections. *Social Policy & Administration*, 33(4), 372-393.

## **Apêndices**

## **Apêndice A - Questionário**

### **Apresentação**

O presente questionário insere-se num projeto de investigação da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa e tem por base estudos internacionais similares. Esta investigação tem por objetivo estudar a relação do Serviço Social com as políticas sociais e o presente questionário dirige-se a aos titulares da licenciatura em Serviço Social e das licenciaturas em Política Social pelo ISCSP e Trabalho Social pela UTAD, antes da adequação ao processo Bolonha.

Espera-se com o presente estudo contribuir para um melhor conhecimento do papel do Serviço Social no domínio da Política Social.

Pedimos a sua colaboração dispensando-nos alguns minutos para responder. Sublinhamos que não há respostas certas ou erradas, interessando-nos apenas conhecer a sua opinião. No respeito pelas normas éticas de investigação, o questionário é anónimo e salvaguardaremos a confidencialidade das respostas.

Agradecemos a sua participação.

### **Q2 Em que medida concorda com as seguintes afirmações?**

*Discordo Totalmente (1) Discordo (2) Não concordo nem discordo (3) Concordo (4) Concordo Totalmente (5)*

- As desigualdades sociais são um problema grave em Portugal
- As medidas e respostas sociais existentes são adequadas para os problemas sociais que afetam a população portuguesa
- Os níveis de proteção social permitem a qualquer cidadão viver com dignidade
- Se os assistentes sociais fossem chamados a participar no processo de elaboração das políticas sociais, estas poderiam ser melhoradas

### **Q3 Tudo somado, qual é o seu grau de satisfação com a qualidade das respostas da política social aos problemas sociais que afetam os portugueses?**

Extremamente insatisfeito(a) (1) Insatisfeito(a) (2) Nem insatisfeito(a) nem satisfeito(a) (3) Satisfeito(a) (4) Extremamente satisfeito(a) (5)

### **Q4 Há várias ações que se podem desenvolver para chamar a atenção para um problema social ou para limitações em determinadas medidas. Enquanto profissional, e no decurso da sua atividade, nos últimos doze meses, realizou alguma das seguintes ações?**

*Sim (1) Não (2)*

- Contactou, por carta, email, telefone ou numa reunião, um político ou representante do governo central ou local, para procurar o seu apoio para avançar ou impedir uma determinada medida de política social?
- Contactou, por carta, email, telefone ou numa reunião, um político ou representante do governo central ou local, para expor a forma como determinadas medidas de política social afetam os utentes com quem trabalha?
- Contactou alguma figura pública para chamar a atenção para determinado problema ou política social que afeta os utentes com quem trabalha?
- Recorreu a órgãos de comunicação social ou a redes sociais para denunciar um determinado problema ou política social que afetam os utentes com quem trabalha?
- Convidou um responsável político ou uma figura pública para visitar a instituição ou a comunidade onde trabalha, de modo a chamar a atenção para determinados problemas sociais?
- Chamou a atenção dos seus colegas para limitação(ões) ou problema(s) com uma determinada medida de política social que afeta os utentes?
- Participou nalguma reunião ou grupo de trabalho promovido pelas autoridades locais para discutir problemas sociais e medidas de política social?
- Desenvolveu algum estudo sobre os problemas ou necessidades da comunidade, ou sobre os programas e políticas, no sentido de aumentar a perceção sobre um determinado problema e a necessidade de alterar as políticas sociais?
- Analisou e discutiu com os seus colegas um problema ou política social que afeta os utentes com quem trabalham e formas de defender a necessidade de promover as necessárias alterações?
- Contactou colegas de outras organizações para discutir um determinado problema ou política social que afeta os utentes?
- Solicitou o feedback dos utentes no que diz respeito ao trabalho da sua organização e a sugestões de melhoria?
- Encorajou os utentes a agir de modo a promoverem alterações nas políticas sociais que os afetam?
- Participou nalguma iniciativa de uma associação profissional em torno de problemas ou políticas sociais?
- Assinou um abaixo-assinado ou uma petição sobre limitações ou pedidos de alteração de medidas de política social?
- Participou numa manifestação sobre medidas de política social?

**Q5 Os problemas sociais e as respostas no âmbito das políticas sociais são o dia-a-dia do trabalho dos assistentes sociais. Até que ponto considera que tem preparação para:**

*Nenhuma preparação (1) Pouca Preparação (2) Alguma preparação (3) Boa preparação (4) Excelente preparação (5)*

- Identificar os problemas dos utentes/comunidades com que trabalha?

- Analisar as causas de um problema social?
- Avaliar uma política social (objetivos, vantagens, desvantagens, quem beneficia, quem prejudica?)
- Identificar os prováveis defensores ou opositores de uma determinada medida de política social?
- Relacionar um problema de um utente com uma medida de política social?

**Q6 Como considera que a sua formação académica o(a) preparou para:**

*Nenhuma Preparação (1) Pouca Preparação (2) Alguma preparação (3) Boa preparação (4) Excelente preparação (5)*

- Relacionar o Serviço Social com a formulação de políticas sociais?
- Procurar influenciar os responsáveis pela política social de diferentes formas?
- Recorrer a órgãos de comunicação social para chamar a atenção para problemas sociais?
- Motivar os utentes para se envolverem em ações relacionadas com a melhoria das respostas sociais?

**Q7 Que influência diria que assistentes sociais como você podem ter sobre as medidas de política social (adoção de novas medidas, alteração ou melhoria das políticas sociais existentes)?**

*Nenhuma influência (1) Pouca influência (2) Alguma influência (3) Bastante influência (4) Influência Total (5)*

**Q8 Em que medida se acha capaz de ter um papel ativo num grupo de assistentes sociais envolvido em atividades para influenciar a política social (por exemplo, para defender que se mantenham determinadas medidas ou que outras sejam revistas)?**

*Nada capaz (1) Pouco capaz (2) Alguma capacidade (3) Bastante capaz (4) Totalmente capaz (5)*

**Q9 Em que medida diria que os responsáveis políticos se preocupam com aquilo que os assistentes sociais como você pensam e defendem relativamente à política social?**

*Nada (1) Pouco (2) Alguma preocupação (3) Bastante (4) Totalmente (5)*

**Q10 Em que medida diria que conseguiria atrair a atenção de um responsável político nacional para uma questão que considera importante no âmbito da política social?**

Nenhuma atenção (1) Pouca atenção (2) Alguma atenção (3) Bastante atenção (4) Total atenção (5)

**Q11 Em que medida diria que conseguiria atrair a atenção de um responsável político local para uma questão que considera importante no âmbito da política social?**

Nenhuma atenção (1) Pouca atenção (2) Alguma atenção (3) Bastante atenção (4) Total atenção (5)

**Q12 Em que medida diria que conseguiria atrair a atenção do responsável da sua organização para uma questão que considera importante no âmbito da política social?**

Nenhuma atenção (1) Pouca atenção (2) Alguma atenção (3) Bastante atenção (4) Total atenção (5)

**Q13 Em que medida considera importante que os assistentes sociais se organizem como grupo profissional (por exemplo em associações profissionais)?**

Nada importante (1) Pouco importante (2) Alguma importância (3) Bastante importante (4) Extremamente importante (5)

**Q14 Em que medida acha que para si é fácil participar em atividades que procurem influenciar a política social?**

Extremamente difícil (1) Difícil (2) Nem difícil nem fácil (3) Fácil (4) Extremamente fácil (5)

**Q15 Qual a confiança que tem nas seguintes instituições para resolver os problemas sociais dos utentes com quem trabalha no dia-a-dia?**

*Nenhuma confiança (1) Pouca Confiança (2) Alguma Confiança (3) Bastante confiança (4) Toda a confiança (5)*

- Assembleia da República
- Governo
- Câmara Municipal
- Partidos Políticos
- União Europeia
- Instituições e serviços do Sector Social (IPSS, Misericórdias, Mutualidades)
- Outras instituições da sociedade civil (associações de promoção de direitos, movimentos de cidadãos, movimentos de utentes)

**Q16 Em que medida concorda ou discorda das seguintes afirmações?**



*Discordo totalmente (1) Discordo (2) Nem concordo nem discordo (3) Concordo (4) Concordo totalmente (5)*

- O Serviço Social está intrinsecamente ligado à Política Social
- Não cabe ao Serviço Social influenciar as políticas sociais. A política social é matéria da competência dos responsáveis políticos.
- Para responder às necessidades dos utentes não posso preocupar-me ou envolver-me em questões relativas à política social
- O envolvimento dos(as) assistentes sociais em atividades da política social comporta o risco de partidarizar a relação com os utentes.
- O respeito pelo princípio da autodeterminação implica que a nossa influência na decisão dos utentes é sempre neutra.
- As regras profissionais do Serviço Social obrigam-no a ser independente de quaisquer grupos de interesse (políticos, religiosos, ou outros).
- Quer estejamos a trabalhar com uma família, a testemunhar em tribunal ou a participar numa reunião, como assistentes sociais devemos ser emocionalmente neutros.
- Um assistente social competente tem de estar atento à Política Social.
- Um assistente social competente é apartidário.

**Q17 De um modo geral, qual o seu interesse por questões da atualidade política nacional?**

Nenhum interesse (1) Pouco interesse (2) Algum interesse (3) Bastante interesse (4) Muito interesse (5)

**Q18 De um modo geral, qual o seu interesse por questões da atualidade política local?**

Nenhum interesse (1) Pouco interesse (2) Algum interesse (3) Bastante interesse (4) Muito interesse (5)

**Q19 Com que frequência discute os problemas sociais que afetam a população portuguesa e as opções de política social de resposta a esses problemas...**

*Nunca (1) Raramente (2) Frequentemente (3) Com muita frequência (4)*

- Com familiares
- Com amigos
- Com colegas de trabalho
- Com superiores/chefias
- Com utentes

**Q20 É membro de alguma associação profissional (ex: Associação dos Profissionais do Serviço Social)?**

Sim (1) Não (2)

**Q21 Participa em grupos de discussão (presenciais ou online), com outros assistentes sociais, sobre problemas sociais, políticas sociais ou questões profissionais?**

Sim (1) Não (2)

**Q22 Acompanha regularmente revistas ou outras publicações e/ou investigações académicas em Serviço Social?**

Sim (1) Não (2)

**Q23 Participa nalguma organização como as indicadas:**

*Sim (1) Não (2)*

- Movimentos Cívicos (ex: comissões de utentes, associações de defesa de direitos, movimentos de cidadãos)
- Movimentos Sociais (ex: Sindicatos)

### **Partidos Políticos**

**Q24 Em que tipo de organização exerce atualmente as suas funções de assistente social?**

- Instituição do Setor Social (ex: IPSS, Misericórdia)
- Administração Pública Local (serviços da câmara municipal ou junta de freguesia)
- Administração Pública Central (ex: segurança social, serviço nacional de saúde, escola)
- Empresa privada
- Outra

**Q25 No exercício das suas funções, que tipo de tarefas desempenha?**

- Atendimento e acompanhamento de utentes
- Coordenação de Projetos/Programas
- Coordenação Técnica de Equipamentos Sociais
- Administração/Gestão de uma organização
- Apoio a decisores políticos no âmbito da política social (assessoria, gabinetes de apoio)
- Outras

**Q26 No exercício das suas funções, trabalha sobretudo:**

- Com indivíduos
- Com famílias
- Com grupos
- Com organizações
- Com comunidades
- Outras

**Q27 No exercício das suas funções, os grupos com que trabalha são principalmente:**

- Crianças e Jovens
- Adultos (em idade ativa)
- Idosos
- Outros

**Q28 Há quanto tempo trabalha como assistente social?**

*Indique o número de anos*

**Q29 Há quanto tempo trabalha como assistente social na organização onde exerce atualmente?**

*Indique o número de anos*

**Q30 Qual o tipo de contrato de trabalho que tem com a organização em que trabalha?**

- Sem termo (efetivo)
- A termo
- Estágio
- Outro

**Q31 Sexo**

- Feminino
- Masculino

**Q32 Em que ano nasceu?**

*Indique o ano*

**Q33 Em que concelho reside?**

**Q34 Em que concelho trabalha?**

**Q35 Quais as suas habilitações académicas?**

- Licenciatura
- Pós-Graduação
- Mestrado
- Doutoramento
- Outra

**Q36 Qual a sua formação base?**

- Licenciatura em Serviço Social
- Licenciatura em Política Social pelo ISCSP
- Licenciatura em Trabalho Social pela UTAD

**Q37 Qual a instituição de Ensino Superior onde concluiu a sua licenciatura)?**

**Q38 Qual é o valor mensal do seu salário bruto (ilíquido)?**

*Indique o valor aproximado*

**Q39 Estaria disponível para responder a entrevistas no âmbito de investigações similares a esta?**

- Sim
- Não

**Q40 Em caso afirmativo, deixe-nos o seu email para contacto**

**Q41 Teria interesse em receber os resultados deste estudo?**

- Sim
- Não

**Q42 Em caso afirmativo, deixe-nos o seu email para contacto**

## Apêndice B - Estatísticas dos diplomados em Serviço Social

Ano letivo	Homens	Mulheres	Total	Mulheres (%)
2009/2010	76	920	996	92,3694779
2010/2011	90	880	970	90,7216495
2011/2012	92	817	909	89,8789879
2012/2013	67	808	875	92,3428571
2013/2014	46	669	715	93,5664336
2014/2015	68	637	705	90,3546099
2015/2016	44	520	564	92,1985816

Fonte: Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência  
(<http://www.dgeec.mec.pt/np4/EstatDiplomados/>)

## Apêndice C – Relação entre a grelha de análise e as questões do inquérito

